



N. 10-59

Coordenador: Major OCTAVIO TOSTA  
da Seção de Geografia e História do EME

## **I — DOUTRINA**

"Princípios Fundamentais e Base da Geopolítica da América do Sul e Cuba" (conclusão das partes publicadas nos ns. 7, 8 e 9)  
4. "A Geopolítica de Cuba". — "JOHN E. KIEFFER, Ten-Cel (Trad. por A. de A. Lima).

## **II — PROBLEMAS DA AMÉRICA LATINA**

"O Brasil e a Defesa do Ocidente" (continuação do número anterior) 4. "O Ocidente precisa do Brasil" — GOLBERY DO COUTO E SILVA, Cel.

## **III — GEOPOLÍTICA DA BOLÍVIA**

"Bolívia, Impressionante Expressão Geopolítica" — OCTAVIO TOSTA, Maj.

"A Confraternidade Americana e a Clausura Geopolítica da Bolívia" — HUMBERTO COSTAS E. Cel do Ex boliviano (Trad. por Cláudio Leig, Maj).

"A Bolívia, Uma Experiência Geopolítica" — "Alguns Elementos da Geopolítica do "Pivot" Sul-Americano" — ALFREDO A. KOLLIKER FRERS, Cientista Argentino (Trad. por Antônio de Castro Nascimento, Gen).

"Geopolítica Boliviana" — "A Bolívia no Continente Sul-Americano" — FELIPE N. VISCARRA C., Gen Bda R. do Ex boliviano (Trad. por Zair de Figueiredo Moreira, Maj).

A **BIBLIOTECA DO EXÉRCITO** já publicou as seguintes obras sobre **GEOPOLÍTICA** :

- 1) **GEOPOLÍTICA DO BRASIL** — 1947 — Brigadeiro Lislis Rodrigues (Esgt).
- 2) **A GEOGRAFIA NA POLÍTICA EXTERNA** — 1951 — Ten-Cel Jaime Ribeiro da Graça.
- 3) **PROBLEMAS DO BRASIL** — 1952 — Cel Adalardo Fialho.
- 4) **GEOPOLÍTICA GERAL E DO BRASIL** — 1952 — Everardo Backheuser.
- 5) **FRONTEIRA EM MARCHA** — 1956 — Renato de Mendonça.
- 6) **ASPECTOS GEOPOLÍTICOS DO BRASIL** — 1957 — Ten-Cel Golbery do Couto e Silva.

As declarações expressas nos artigos da **SEÇÃO DE GEOPOLÍTICA** são da exclusiva responsabilidade dos respectivos autores e não implicam no endosso oficial às opiniões ali contidas.

A matéria divulgada na **SEÇÃO** pode ser reproduzida em livros, jornais ou revistas, exceto quando sejam expressamente reservados os respectivos direitos. As transcrições deverão consignar a fonte e, no caso de artigos assinados, deve ser referido sempre o nome do autor.

Solicitamos dois exemplares da publicação que transcrever matéria da **SEÇÃO DE GEOPOLÍTICA**. A correspondência deve ser endereçada ao Major Octavio Tosta — “A Defesa Nacional” — Ministério da Guerra — Rio de Janeiro, Brasil.



# I - DOUTRINA

## PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS E BASE DA GEOPOLÍTICA DA AMÉRICA DO SUL E CUBA (\*)

JOHN E. Kleffer, Tenente Coronel U.S. ARMY

(Traduzido do "Boletim del Ejército (Cuba),  
de Jul 54, por A. de A. Lima)

### 4. A GEOPOLÍTICA DE CUBA

*(Conclusão dos números anteriores)*

Chegou finalmente a quarta conferência desta série. É a última, e a mais difícil para mim. Os profetas e os sábios são definidos de modos diversos. Há quem diga que eles são pessoas que sabem justamente o bastante sobre um determinado assunto, mas para que não sejam entendidos pelas demais. Outros nos dizem que sábio ou profeta é alguém que, vindo de muito longe, chega ao nosso arraial e que, só por isso, os que ocorrem para ouvi-lo não precisam compreender claramente o grau da verdade que existe no prestígio que se concede de antemão aos forasteiros. Outros dizem apenas que sábio é aquele que vem de fora, e é o que basta! Quanto a mim, pela parte que me toca, tenho sabido apresentar-me às vezes como sábio em algumas matérias. Suponho que incorri algumas vezes na culpa de estabelecer confusão entre meus ouvintes, mas apresso-me desde já em declarar que, se assim o fiz, pequei inconscientemente. Se criei dúvidas, foi apenas por falta de conhecimentos pessoais, e não com o intuito deliberado de confundir. É mais que provável que, em vários locais e várias vezes, eu tenha sido levado a falar tão longe da pátria que pudesse parecer um profeta a quem pessoa alguma compreendesse, embora acreditasse na sua verdadeira fama... e penso até que muita gente nunca tivesse ouvido mesmo mencionar-se o meu nome. Contudo, para dizer francamente, permitam-me asseverar que, ao falar sobre o tema referente a Cuba, eu me confesso culpado, por ser um forasteiro que carece de preparo suficiente. Estas prévias palavras, ditadas pela mais sincera modéstia, precedem, pelos motivos referidos anteriormente às observações que desejo emitir em alta voz, como se estivesse falando comigo mesmo, e que não constituem por isso uma conferência no significado rigoroso do vocábulo.

---

(\*) O presente artigo foi transcrito da "Revista Marítima Brasileira" de novembro e dezembro de 1954.



Permitam-se declarar que esta é a primeira vez que visito a Cuba, esta Cuba que produziu em mim uma impressão tão profunda. Admirei a bela cidade de Havana e recreei-me nas campinas que a circundam. A generosa hospitalidade cubana confundiu-me com atenções. A música cubana empolgou-me. Tudo isso impressiona a todos os viajantes que aqui aportam, mas tem para mim motivo de maior importância. Aqui em Havana há qualquer coisa que me inunda de um estranho modo de sentir que só experimentei nas quatro seguintes cidades: — Paris, Argel, Hongkong e Honolulu. E essa impressão é tão forte que, se não pudesse continuar vivendo na minha pátria, se por algum motivo precisasse passar fora dela o resto de minha vida, a escolha recairia aqui em Havana, onde me recolheria com a máxima alegria e satisfação.

Acreditei-me, eu vos invejo. Sois um povo possuidor de uma imensa capacidade para desfrutar a vida com plena felicidade e com o comprazimento de existir. Sois alegres sem cair na despreocupação; podeis ser graves, mas sem tristeza e sem morbidez; sabeis vos divertir com o máximo prazer num momento passageiro, mas não vos entregais a êle como se fôsse uma condição normal de vida, e sem esquecer nunca que amanhã virá outro dia. Usando de uma expressão muito elogiosa e enaltecedora que usamos na minha terra, eu vos direi: *"You are a nice people"*.

Além dessas qualidades que tanto honram, vós todos, como nação e como indivíduos, vindes cooperando, de maneira notável e permanente, para o progresso mundial e pela causa da democracia. As potências democráticas ser-vos-ão gratas — realmente o são. Muito do que haveis dado em prol do progresso era indubitável que o dêsseis, e até qualquer outro povo que habitasse esta Ilha teria feito o mesmo, mas o que se torna mais notável e de transcendência valorosa, é que o fizestes por vontade própria pela simples condição de serdes Cubanos, e em benefício dos Cubanos.

Em 19 de abril de 1898, o Congresso dos Estados Unidos, atendendo à mensagem do presidente Mac Kinley para que declarasse guerra à Espanha, aprovou a resolução conjunta onde está registada a seguinte passagem: "O povo de Cuba é por direito, livre e independente". Esse documento representa uma decisão formal dos Estados Unidos relativamente à emancipação de Cuba, e promete contribuir para sua obtenção, mas devo aqui consignar que não se deve de maneira alguma supor que eu pretenda manifestar que, por um tal ato, fôsse iniciada a campanha para conquistardes uma posição sob o sol como uma nação livre e soberana. Fazia apenas setenta e dois anos que os Estados Unidos davam seus primeiros passos, e já Francisco Agüero e Manuel Sanchez imolavam as vidas para que Cuba se tornasse uma república. Quarenta anos depois, o Grito de Yara foi dado com o mesmo fim por homens do valor de Carlos Manuel de Céspedes, Francisco Vicente Aguilera, Máximo Gómez, Antonio Maceo, Calixto García, Ignacio Agramonte, e muitos outros. E só três anos depois da aprovação da famosa Resolução Conjunta foi que retumbou o grito de independência e liberdade, em 24 de fevereiro de 1895, quando José Martí levou à culminância a obra excelsa de sua vida e infundiu novo alento num povo que, conduzido de novo pelas mãos de vossos antepassados, guiados por Máximo Gómez e Antonio Maceo, executou a grandiosa marcha da Invasão, do oriente para o ocidente.

A história gloriosa e nobre de toda a nação é também vossa, e tão grandiosa façanha vos dá também o direito de sentir-vos orgulhosos de vosso passado. Entretanto não está apenas em tão forte estímulo para serdes livres, nem na recordação dos que imortalizaram seus nomes,



vinculados à glória nos campos de luta renhida, ou que perderam a vida envolvidos pela fama da grandeza cívica no halo dos louros, o que vos premia com o merecido aplauso e a bem conquistada importância entre os povos democráticos. O que vos recompensa com o galardão supremo e vos concede o respeito mundial é o que tendes feito para manter a liberdade já conquistada. Há na América outros Estados de origem e língua espanhola que alcançaram a independência e a soberania cinquenta anos antes de vós. Cuba era uma nação que começava a andar com seus próprios pés em princípios do século XIX; era pobre e sem grande progresso. Faltava-vos a experiência no exercício das funções de governo próprio e, sob o ponto de vista da geopolítica, vosso futuro enublava-se com as palavras do preceito que dizia: *As ilhas que se acham pela orla de um continente onde existe uma grande potência terrestre, acham-se dentro do campo de ação das forças econômicas da referida potência, e cairão no seu domínio político.*

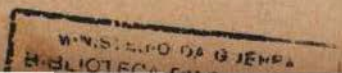
Apesar de tantos obstáculos, em apenas cinquenta anos de independência, provastes ao mundo que "o povo da ilha de Cuba tem o justo direito de ser livre e independente". Demonstrastes também, com a preocupação de desfazê-la, que era falsa a idéia de que "esse gênero adventício de democracia à moda norte-americana e seu governo não poderão subsistir na América Latina". Tendes sofrido realmente casos de desassossêgo, interno e momentos difíceis. Houve horas amargas quando tudo parecia tremer e desmoronar à ponta de um afiado mastro elevado pela reação, mas pusestes sempre em ação, a todo momento, a força necessária para regressar à democracia pela qual combatestes no século passado. Hoje, e com muita razão, estais colocados entre as principais nações do Novo Mundo onde se fala a língua espanhola, e onde se desenvolve a Democracia liberal e progressista. Poder-se-á oferecer um melhor exemplo, ou melhor auxílio à causa da Democracia, neste nosso mundo perturbado de hoje?

Produzistes, e continuareis produzindo, homens ilustres que ocupam postos de direção no campo da ciência política, da arte de governar e do Direito Internacional. Tendes ocupado vosso pósto em quase todos os movimentos internacionais cujo objetivo consiste em alcançar um mundo melhor e muito mais pacífico. Nas ciências, na música, e em tôdas as demais artes; nos ofícios, na indústria e no comércio estais bem representados, e êsse influxo será mantido de maneira perdurável. Vós, Cubanos, bem sabeis disso, e podeis com justo orgulho conservar esta glória.

Sois herdeiros de muito aprêço e honra. Vossa posição é proeminente e invejável na América Latina. Mas, que é o que vos aguarda? Quais são vossos problemas? Para onde ides? Que encerra o futuro? Cumpre-nos agora deixar o âmbito da História e entrar inteiramente no exame sereno dos casos reais do presente.

Seria uma falta imperdoável de ponderação deixar-se de tratar e analisar o que Cuba é e o que representa, separando-a do resto da zona antilhana, onde ela existe. Não procuraremos traçar o contorno de vossas relações com as potências da Terra Firme e da América Central, mas apenas examinar bastante o que Cuba representa no mar das Antilhas e no golfo do México.

Uma das características de Cuba é precisamente sua posição geográfica. Durante os quatrocentos anos que os Mediterrâneos das Américas vêm servindo de rota obrigatória para o tráfego comercial, vossa ilha não tem cessado de manter uma posição estratégica dominante como a *Chave do Novo Mundo* e *Antemuro das Índias Ocidentais*.





Como acontece com a posição do Mediterrâneo, a do mar das Caraíbas pode assinalar-se como uma das mais estratégicas do globo. A isso se reduz a semelhança, sem mais nem menos. O mar Mediterrâneo é acessível pela entrada estreita de Gibraltar. Entra-se no mar das Caraíbas por várias e amplas passagens, sendo que as de uso mais freqüente são o canal de Iucatã o estreito da Flórida, o passo de los Vientos, entre Cuba e Haiti, o canal de la Mona, e de la Anegada, e os diversos canais das Pequenas Antilhas. Notareis que duas das principais derrotas americanas passam rastejando Cuba, ficando uma delas ao nordeste, e outra ao sueste. Observamos mais que os caminhos que vão ter ao canal de Panamá encostam-se para Cuba. O valor da posição estratégica de Cuba é bastante conhecido por todos vós, não sendo preciso insistir mais em comentários. Cuba não pode deixar de ser importante neste Hemisfério, e nem nos negócios mundiais.

Ainda encontramos alguma coisa mais no inventário de vossas vantagens: — não tendes fronteiras terrestres com ninguém; não tendes pela vizinhança quem nutra a ambição de conquistar vosso território; possuíis uma cultura uniforme, integrada durante um largo período de colonização e uma era fecunda de abastança nacional; vossa geomorfologia não vos causa êsses prolixos e complexos problemas territoriais e políticos que apresentam as ramificações das grandes cadeias de montanhas, pois que o relêvo abrupto pára nas extremidades da ilha, principalmente no lado oriental, com o que restam consideráveis áreas de terras planas, ou suavemente onduladas, que permitem uma boa produção agrícola; sois também mais felizes que a maior parte de vossos vizinhos das Antilhas, pois que no território de alguns deles faltam as terras planas, sobram o solo cançado e as terras mal regadas; vosso clima permite esforços mais tenazes e continuados do que em algumas ilhas contíguas e até na Terra Firme das proximidades.

Progredistes consideravelmente sob o ponto de vista econômico. Embora o açúcar exerça o predomínio de vossa vida econômica, isso é uma limitação congênita num local onde, devido às condições físicas, as circunstâncias econômicas tornam-se ideais para esta espécie de produção. Possuíis, entretanto, outros recursos naturais que já contribuem, ou podem concorrer mais para dar estabilidade à vossa economia. Descobriu-se o petróleo há pouco tempo. Existem o ferro e valiosas jazidas de cromo e manganês. Na produção de níquel, Cuba está num plano superior à Caledônia e ocupa, desde a segunda guerra mundial, o segundo lugar na produção daquele metal. Acrescentemos ainda o cobre, e estará assim iniciada uma economia variada. Logo que puderdes extrair as fontes de riqueza que se acha latente no grande planalto insular de Cuba, tereis reunido uns tantos recursos a mais para que se torne sensivelmente maior o realce de vosso nível econômico. As experiências e as explorações, que se realizaram nas regiões semelhante às de Cuba, deram grandes lucros, e não há motivos para não esperarmos os mesmos resultados no planalto insular cubano. Esse empreendimento requer novos capitais, mas entre as disponíveis em Cuba, e os que possam ser prudentemente adquiridos no estrangeiro, parece não haver dificuldade nas negociações.

Quanto aos sistemas de transporte, tendes nesta região do mundo uma das melhores rédes ferroviárias. Embora não seja ela tão extensa quanto o desejais, é melhor que as existentes na maior parte dos países vizinhos. O transporte aéreo é suficiente para o momento atual, e está ainda se desenvolvendo. Não há países cujas estradas de rodagem sejam suficientes e, quanto a êsse recurso, Cuba não destoa dos demais estados.



Vossa população é incontestavelmente a maior das Antilhas. Também o é vossa extensão territorial. Tendes ao vosso alcance força suficiente de trabalho, sem necessidade de sofrer os rigores dos padecimentos impostos pelo excesso de população.

Os que estudam a geopolítica sabem perfeitamente que, para alcançar o equilíbrio social, uma nação necessita pelo menos de três gerações. Tendes em Cuba casos de intranquilidade social, e assim continuareis durante algum tempo, porque vossa nação ainda é relativamente nova. E nem se pode esperar outra coisa. Apesar da lentidão que quereis apreciar no progresso, ninguém poderá negar que o cubano é bastante sensato para enxergar perspicazmente quais são as necessidades para caminhar no sentido do desenvolvimento, e empregar seus melhores esforços para melhorar as condições sociais do povo. Tendes uma magnífica Universidade Nacional, e o sistema de instrução pública repousa sobre sólidos alicerces. Muito se conseguirá, se o que existe for ampliado. Creio que seja este um programa digno de um exame muito atento.

Vimos tomando em consideração até aqui os valores do ativo. Vejamos agora o que Cuba representa estrategicamente, e que importância há em suas relações com o resto do mundo.

Parece-me a mim, que ninguém reclamará se eu disser que Cuba é uma *potência importante*, embora não possamos incluí-la entre as grandes potências mundiais. Qualquer nação que produza a quinta parte do açúcar que se consome no mundo, que ocupa o segundo lugar na produção de óxido de níquel, e que está no décimo quarto na produção de ferro, não pode ser posta de lado como se fôsse um Estado de pequena envergadura. E se acrescentarmos a afirmativa que o óxido de níquel que se beneficia em Cuba compara-se com vantagem ao de qualidade mais apreciada, excelente para a indústria de armamentos, teremos que lhe dar o lugar que merece. Se juntarmos a esse ativo o da extração do cromo e do manganês aqui, a ponto de ser a principal fonte de abastecimento desses minérios para a indústria dos Estados Unidos, não dará muito trabalho apresentar-se o panorama de um estado pequeno que tem o direito de falar num tom de voz bastante elevado.

Entretanto, por causa da área, da penúria de industrialização, e sob o ponto de vista demográfico, é preciso que se considere Cuba abaixo do nível ocupado pelas Grandes Potências. Parece entretanto que essas condições serão sempre e mais ou menos as mesmas, caso não cresça a superfície territorial do estado cubano. Mas para onde poderá ela crescer? Estais de posse do melhor território do mar das Antilhas e, para qualquer lado que se destenda o solo, aumentarão as dificuldades, maiores serão os problemas que dependem de solução; as ambições avolumar-se-ão e maiores serão os problemas, sem que cresça o prestígio nacional ou sejam maiores os proventos. Não me recordo também de que tenha existido algum compatriota vosso que tivesse a veleidade de arrojar-se numa conquista pelo planeta afora.

Diante da falta de território com que seja possível aumentar-se a riqueza nacional de maneira imponente, o recurso, que Cuba tem para defender-se e assegurar o futuro, é o que reside nas alianças, recurso, aliás que não constitui problema de grande monta, pois qualquer nação do Hemisfério Ocidental, ou mesmo de qualquer outro ponto do globo, sentir-se-á lisonjeada ao fazer aliança com Cuba. O povo cubano é laborioso, pacífico e despido de ambições que causem suspeitas ou receios. No curto período de vida que Cuba tem levado, como estado



Independente, pôde construir a melhor fama de honradez em seus negócios internacionais, e não há quem ajuíze mal a palavra de seu governo. Sois um excelente aliado — um aliado desejável.

É natural que, em tais alianças defensivas, Cuba deva contar com seu vizinho mais poderoso e que, além disso, é seu melhor freguês comprador — os Estados Unidos. Dentro dessas relações, Cuba tem conseguido os resultados mais benéficos e lisonjeiros, porque tem sabido estabelecer perfeitamente as diferenças que existem entre as alianças de mútua conveniência e a subordinação política. Contra os que nos criticam atribuindo imperialismo aos Estados Unidos e dependência a Cuba, vós próprios podeis testemunhar que, desde vosso primeiro balbucio e dos passos iniciais, os Estados Unidos sempre se mostraram um vizinho amistoso e bem intencionado, e nunca um protetor violento. A política dos Estados Unidos, com referência a Cuba, tem sido a de não se iniscuir nos negócios internos do país, e a de assim continuar.

Bem, mudando de sentido, poderemos até dizer os fatos como se passam realmente: — para falarmos a verdade, teremos que dizer que foi Cuba que invadiu os Estados Unidos, e não estes últimos que atacaram aquele país, pois em Havana não se ouve menos que em Nova Iorque a música cubana... e isso é tão verdadeiro que até meus filhos julgaram que o cubano havia suprimido a rumba, quando eles aqui chegaram. Nossos clubes de futebol têm em seus quadros numerosos jogadores cubanos... e os fanáticos pelo box, nos Estados Unidos, estão bem a par da vida e milagres desportivos de Kid Gavilan. Até na minha cidade natal, Búfalo, introduziram-se jogadores da pelota de Havana! Vemos, pois, que, sob qualquer ponto de vista, desde o político, em que se pautam as relações entre os nossos governos, até o social e cultural, nossas duas nações são amigas, apreciam-se mutuamente, apreciam-se reciprocamente, e respeitam-se.

Nossa aliança é defensiva, e tôdas as considerações complementares recaem também nesse conceito de defesa. Cuba ocupa uma posição fronteiriça ao canal do Panamá, e uma situação dominante no mar das Caraíbas. Se ela se negasse algum dia a conservar-se dentro da amizade recíproca com os Estados Unidos, complicar-se-iam tremendamente os problemas sobre a defesa em torno desta artéria tão vital da democracia, transformando tudo num quebra-cabeças para o mundo livre. Além disso, Cuba está a 5.000 milhas de distância do raio de bombardeio, a contar das bases comunistas conhecidas e, o que é ainda mais importante, se as hordas comunistas invadirem a Europa e a África, então centuplicará o perigo para Cuba. Aumentará sua vulnerabilidade aos ataques que partirem das novas bandas que os comunistas tomarem. Cuba, então, encontrar-se-á entre os objetivos de ataque. O inimigo não desconhece o valor que Cuba tem para o esforço de guerra do Mundo Livre e ainda melhor reconhecerá isso logo depois que Cuba cair dentro do alcance de seus bombardeiros. Quem sabe se, em tais circunstâncias não venha a ser Cuba, nas mãos inimigas, que passe a representar um elemento de diferença entre a vitória e a derrota?

O custo do armamento moderno é agora de tão grande vulto que Cuba por si só não poderá dotar-se de defesas adequadas sem entregar-se deliberadamente a uma bancarrota nacional. Portanto, a aliança com os Estados Unidos terá que ser defensiva e de caráter mútuo, competindo a Cuba zelar por seu território e adjacências, enquanto nós combateremos o inimigo ao longe, antes que ele aqui nos venha atacar a todos.

Dada a minha condição de geopolítico, meu pensamento volta-se para o caso de querer traçar em suas justas medidas as missões que



cada um de nós terá que cumprir. Qual será, pois, a que corresponderá a Cuba no caso de irromper uma terceira guerra mundial? Caber-lhe-á, desde logo, a função importantíssima da vigilância no mar das Caraíbas, e águas adjacentes do Atlântico, contra as atividades submarinas do inimigo, e de pôr à disposição das forças em operações as bases que forem julgadas apropriadas. E no caso do inimigo fincar pé no continente sul-americano, mostrando-se agressivo, Cuba responderá como sempre, em nome do princípio da solidariedade do hemisfério e agindo em prol da democracia. Os recursos naturais de Cuba adquirirão uma significação maior do que a que já têm, porque o país, no caso eventual de hostilidades, passará a fazer parte do *complexo de arsenal*. Sabemos perfeitamente que Cuba mantém a política de unidade da América em sua defesa. Sabemos que todo o Mundo Livre está indivisivelmente solidário e que é participe na Cruzada contra a devastação comunista.

Que fazer, porém, para robustecerdes vossa posição? Há pontos gerais que interessam por igual a todos os países, e outros que apenas se relacionam com Cuba. O facilitar os meios de transporte contribui para melhorar as defesas. Os recursos nacionais multiplicam-se, se forem extraídas as novas riquezas do planalto insular. A variedade da agricultura e a indústria fomentam maior firmeza na economia.

A ação do comunismo encontra maiores facilidades para agir onde é muito amplo o contraste econômico entre os indivíduos. Onde os altos e os baixos da economia são muito pronunciados, como acontece nos lances adversos no caso da monocultura, então se abrem sulcos profundos na época de escassez e aparecem os ninhos do descontentamento. É num tal ambiente que os comunistas entregam-se a uma verdadeira orgia, à moda romana, à custa do povo e do Estado. O perigo da intromissão dos soviets, porém, fica consideravelmente reduzido nos casos onde a vida econômica é variada. É preciso, pois, que se faça um estudo sobre a diversificação relacionada com tais ameaças.

Não poderemos permitir de modo algum que os comunistas se ufanem do alcance de um triunfo em região alguma do nosso Hemisfério. É preciso que nos sustentemos firmemente na estabilidade política, e que tenhamos acuidade de pensamento nos propósitos e na ação. Cuba tem que ser o estado mais forte, mais progressista e mais democrático, dentro de suas dimensões e sua área de ubicação. Não há melhor propósito, nem melhor sentença, como lema de combate, que o que costumais apor no final de vossa correspondência: *Por la Libertad de Cuba*.





## CONCEITUAÇÃO DA GEOPOLÍTICA

As definições de geopolítica são numerosas. Para uns, a Geopolítica "é a ciência geográfica do Estado". A definição da Escola Geopolítica de Munich era esta: "a ciência que trata da dependência entre os fatos políticos e o solo". Pessoalmente, Haushofer, definiu a Geopolítica como "a base científica da arte da atuação política na luta de vida ou de morte dos organismos estatais pelo "espaço vital". "Kjellen" considerava a Geopolítica "como a política feita em decorrência das considerações do Estado".

"Haushofer", aliás, salientava: "Não é acidentalmente que a palavra "política" é aqui precedida pelo prefixo "ge". Este prefixo significa muito e requer muito. Ele liga a "política" ao "solo". Arranca a política das teorias áridas e frases vazias de sentido que podem arrastar os líderes políticos a utopias irrealizáveis. Proporciona fundamentos sólidos à "política". A Geopolítica relaciona todo o desenvolvimento político à permanente realidade do solo".

Para ele, as idéias fundamentais eram, pois: "solo", "poder", "política". Outras definições o confirmam: "Geopolítica é a doutrina do poder do Estado sobre a Terra". "Geopolítica é a doutrina das relações terrestres do desenvolvimento político". "Geopolítica é a ciência que estuda o organismo político do espaço e sua estrutura".

Preferimos dizer que a Geopolítica é um corpo de doutrina, com base científica, para a finalidade de proporcionar às nações, na aspiração de atingir o fim político visado, uma orientação lógica e racional. Internamente, pretende estabelecer ordem e progresso, bem-estar e felicidade de seu povo; externamente, visa estabilizar as suas "fronteiras naturais", conseguir posição de relêvo e de respeito no concerto das demais nações. É a geografia utilizada para fins políticos; o estudo de uma nação como ser vivo; a orientação dos grandes empreendimentos e realizações no campo da política interna — conquista do "espaço" — e no campo da política internacional — conquista das "fronteiras".

Certamente que seus estudos tanto podem servir à paz como à guerra. O que é de desejar-se é que tenha como escopo principal garantir a "ordem" interna e a "paz" com as outras nações.

MOISÉS GICOVATE

("Manual de Geografia Humana")



## II — PROBLEMAS DA AMÉRICA LATINA

### O BRASIL E A DEFESA DO OCIDENTE

Coronel GOLBERY DO COUTO E SILVA

(Continuação do número anterior)

#### 4. O OCIDENTE PRECISA DO BRASIL

Ora, ante ameaças tão graves, multiformes e onipresentes, o Ocidente teria de formular e infatigavelmente seguir uma estratégia bem coerente e coordenada em que se enquadrassem, devidamente, todos os Estados Ocidentais, cada um de acordo com sua capacidade real, suas necessidades próprias, seu potencial de guerra efetivo e as peculiaridades de sua posição geopolítica, e que pudesse ser apresentada aos povos não-ocidentais como um programa de ação, capaz de atrair todos aqueles cuja aliança fôsse indispensável à defesa do mundo livre contra o expansionismo imperialista das Potências Comunistas.

Não seria isso, evidentemente, tarefa fácil, a despeito da incontestável supremacia de que veio a desfrutar, pelo seu inigualável poder econômico e militar, o grande país líder da América do Norte — supremacia essa que, aliás, precisaria ser manejada com habilidade diplomática para não ferir os justos melindres e os ressentimentos à flor da pele de aliados rebaixados, neste mundo de pós-guerra, a posição nitidamente subalterna. A experiência norte-americana, nesse particular, deixaria muito a desejar, nem o esforço, altamente louvável e frutífero, de traçar e conduzir uma política internacional acima dos partidos, a tão celebrada política bipartidária, poderia ser mantido, sem discrepâncias nem brechas, por longo prazo, ante as naturais divergências de âmbito interno e as conveniências, nem sempre patrioticamente superadas, das sucessivas campanhas eleitorais. O cansaço popular após longa e devastadora guerra, o desconhecimento ainda quase geral quanto aos interesses vitais que se jogariam em paragens distantes e estranhas, a necessidade democrática de amplo debate público das questões mais delicadas e até mesmo das que recomendariam um tratamento sigiloso, a pressão de grupos mais preocupados com vantagens imediatistas do que com o bem-estar e o futuro da Nação — os célebres *lobbies* — e, não menos, as lamentáveis e estéréis disputas de prestígio, entre os militares das três forças armadas — foram dificuldades tremendas que só o tempo ajudaria, aos poucos, a vencer. Por outro lado, os interesses próprios dos diversos aliados e, só em menor escala, dos próprios neutros teriam de ser atendidos dentro de certos limites irredutíveis para que chegasse o Ocidente, afinal, a um grau mínimo de concordância geral, indispensável à existência verdadeira do que merecesse o nome de uma estratégia coletiva ou coordenada de todo o mundo ocidental.

Apreciada à luz de todos esses óbices, cada qual mais sério de per si, a tarefa já realizada é, sem dúvida, extraordinária, apesar



mesmo dos desacordos ainda flagrantes, dos egoísticos particularismos nacionais, do choque de opiniões e interesses que, ainda frequentemente, separam — às vezes até de maneira espetacular — os países do Ocidente, em determinadas circunstâncias ou em face de certos problemas específicos — o caso de Suez, por exemplo, ou o reconhecimento da China comunista ou a candente questão do colonialismo francês na região norte da África. Divergências essas todas que o bloco comunista não se cansa, hábilmente, de acirrar sempre que possível, propiciando-as até mediante os seus renovados apelos e propostas em prol da paz, do desarmamento, da neutralização da Europa central, ameaças de "atomização" discriminatória, o oferecimento de vantajosos acordos em separado e toda uma série interminável de bem imaginados engodos.

Por certo, para os dirigentes comunistas, o problema é bem mais fácil, dada a estruturação rígida do poder, hierarquizado e autoritário, entre a URSS e os satélites sem voz ativa qualquer; mesmo assim, as dificuldades antigas e sempre renovadas com o "titoísmo" já lhes têm dado bastante trabalho e é sabida a reviravolta de atitude imposta, ao que parece, por Mao ao próprio Krutchev, na questão da recente proposta russa de uma reunião de cúpula.

Mas, a multiplicidade de centros, mais ou menos autônomos, de decisão é característica fundamental do Ocidente, o qual terá, necessariamente, de aprender a elaborar e conduzir uma estratégia de conjunto mediante a técnica democrática, muito mais delicada e trabalhosa, da discussão livre, da persuasão hábil, da conciliação de interesses e pontos de vista, do consenso geral somente alcançável pela negociação diplomática superiormente dirigida.

De qualquer forma, porém, pode-se bem falar, hoje, sem forçar a expressão, de uma estratégia ocidental como um todo bem definido e coerente, válida para todo o âmbito mundial e duradoura no tempo.

E essa estratégia merece o nome que já se lhe deu de "estratégia da contenção", por mais que tal qualificativo lhe houvesse sido mais especificamente aplicado em determinada etapa de sua lenta e penosa formulação.

Com efeito, o propósito fundamental, deliberadamente assentado, é nada outro que o de conter o expansionismo comunista em suas atuais fronteiras já dilatadas, impedindo-o de transbordar, onde quer que seja, pelo ataque militar ou pela penetração pacífica, pela agressão tanto ostensiva quanto disfarçada, tanto direta como indireta, e prevenindo o lançamento à distância de novos rebentos que venham, numa metástase de que só o comunismo e o carcinoma descobriram o segredo maligno, a promover, aquém da cortina de ferro, novos focos da perniciosa infecção, de extinção muito mais difícil depois.

Propostas de estratégia diferente já têm sido apresentadas e calorosamente defendidas, mas em quase nada mais resultaram do que em temporário esmorecimento da firmeza da condução estratégica e nalguns poucos ensaios de tímida aplicação. E natural era que oscilassem elas entre dois extremos bem definidos: de um lado, uma "estratégia do isolamento" que pretendia renovar as práticas já tão desmoralizadas de um isolacionismo em verdade ultrapassado e de todo inviável já, num mundo indivisível e, a olhos vistos, minguante em que a "fortaleza das Américas" não mais poderia sobreviver cercada atrás de oceanos, reduzidos a simples Manchas nas escalas multiplicadas dos alcances dos modernos engenhos de guerra; e, do outro lado, a estratégia, audaciosa, mas irrealista, do "roll back", "da repulsão" que imaginava poder-se martelar e comprimir o domínio comunista,



particularmente em sua estreita fachada da Europa central, tirando partido de uma suposta capacidade insurrecional dos povos, duramente subjugados, dos países satélites ou recorrendo brutalmente à própria guerra atômica preventiva.

Que essa repulsão era impraticável e talvez suicida, demonstram-no os próprios fatos, sem dúvida; não deixaria de ser, em verdade, um crime injustificável e até contraproducente, o incentivar-se a rebelião inútil de populações indefesas sob uma tirania capaz de tudo, como ficou, não há muito, claramente evidenciado no hediondo massacre da Hungria; e, quanto à guerra preventiva, nunca passaria de mero esforço de imaginação de alguns publicistas exaltados ou teóricos com os pés nas nuvens, pois o Ocidente jamais estaria em condições de desencadeá-la, violentando-se a si próprio e arrostando a reação cominatória de toda a humanidade, mesmo durante o período em que dispôs de decisivo monopólio atômico.

No pólo oposto, o isolacionismo não mais seria capaz de captar o apoio de um povo que, por duas vezes, já se vira ludibriado por essa tese amolecedora e cujo amadurecimento político se processara, aceleradamente, através das rudes e trágicas provações de duas guerras totais no curto período de um quarto de século.

Estamos apreciando a escolha decisiva entre alternativas estratégicas fundamentais, do ponto de vista mais particular dos Estados Unidos. De resto, não seria qualquer outro país do Ocidente, sobretudo na Europa talada por uma guerra impiedosa de longos anos, ameaçada tão de perto pelo rôlo compressor do aguerrido Exército vermelho, sôfrega por uma rápida reconstrução de sua economia destruída, desejosa de respirar de novo, a qualquer preço, um pouco de tranqüilidade e de paz, que daria sequer ouvidos a propósitos agressivos quanto mais a um proposta da ordem dessa arriscada estratégia de repulsão. Mas, se não um isolacionismo reconhecidamente impossível, pelo menos anseios análogos de um escapismo abúlico e cego, mascarado por vezes com racionalizações bem tecidas sobre a base de frustrações e ressentimentos de um prestígio que se esvaia, dariam lugar à fórmula "neutralista" que tanto eco encontraria na França. Desfraldar-se-ia a bandeira de uma cômoda e ilusória "Terceira Posição", através da qual os povos da velha Europa ocidental assumiriam o papel, superiormente importante, de "fiel de balança", entre o mundo comunista de leste e os Estados Unidos no além-mar. Como se o que estivesse realmente em jogo, fôsem simples interesses particulares dos opulentos ianques e não a questão vital da própria sobrevivência de todo o mundo do Ocidente!... E, ademais, tivesse qualquer possibilidade de exercer tão decisivo papel quem muito pouco representaria, por si mesmo, como real poder estratégico, entre dois colossos, ainda por cima, de um e outro lado, tão próximos!... Na balança estratégica, o fiel deve ser, na verdade, um contrapêso, capaz de desequilibrar o conjunto, decidindo, a seu talante, da vitória, quando resolver empenhar-se.

Em todo caso, as teses neutralistas, variamente interpretadas e variamente traduzindo motivações das mais diversas, encontrariam forte ressonância nos rincões mais afastados, por todo êsse pobre mundo dramaticamente ensanduichado entre o Império Comunista e a grande comunidade do Ocidente, quando não até mesmo em certos setores nesta legitimamente integrados. Pois o próprio Perón não as quis incorporar a seu híbrido justicialismo crioulo!...

No processo de sua afirmação, como diretriz fundamental do Ocidente, a estratégia de contenção, apelando para as luminosas teorias geopolíticas de Spykman, sobre o valor intrínseco da Rimland da Eu-



rásia — orla anfíbia contígua à Terra-Coração de Mackinder — empenhar-se-ia, desde os primeiros tempos, na tarefa imensa de organizar solidamente os vastos, heterogêneos e subdivididos espaços periféricos que do Báltico ao Mediterrâneo Oriental, pelo sul do Mar Negro e do Cáspio, pela Ásia meridional e de sudeste, pelos mares da China e do Japão e de Okhostsk balizavam potencial circunvalação, ante a avalanche comunista. Seria a laboriosa construção, até hoje não concluída ainda, do cinturão que cingiria afinal todo o mundo infectado pelo vírus do marxismo-leninismo — réplica ampliada e melhorada do velho conceito do "cordão de isolamento" que fizera época em Versalhes, a transplantação em escala, nunca vista antes, do sistema medieval das chamadas "marcas" germânicas. (Ver Esquemas).

Haveria erros tremêndos de apreciação como no caso da China e dos supostos inofensivos "comunistas agrários" de Mao, tergiversações, injustificáveis retardos e até mesmo defeccão de alguns como no sangrento conflito da península coreana, teimosias gloriosas mas inúteis como na Indochina onde Dien-Bien-Phu seria um marco da tradicional galhardia francesa, ou mesmo nem gloriosas, nem úteis como na Argélia de hoje — tudo isso a partir de uma situação de base inteiramente desfavorável que a estreiteza de visão política criaria, contra as advertências mal recebidas de Churchill, numa conquista excessivamente "militar" da Europa e a boa fé e o idealismo generoso de Roosevelt, estimulados por certas nocivas influências de bastidores, teriam permitido em Teerã e Ialta.

Não obstante, a original e fecunda concepção do Plano Marshall que constituiria dos maiores êxitos do Ocidente, no sentido de um pleno reconhecimento de sua vital e fraterna solidariedade e soergueria a Europa sobre escombros ainda fumegantes, a lenta e penosa estruturação da NATO como vigoroso organismo de segurança coletiva, através de inúmeros tropeços e tentativas abortadas como a da Comunidade Européia de Defesa, a criação paralela da SEATO no outro extremo do mundo, as iniciativas decididas dos Estados Unidos, que se consubstanciariam nas chamadas Doutrinas Truman e Eisenhower e na Resolução de Taiwan, a milagrosa articulação do Pacto de Bagdá, válido ainda, até certo ponto, apesar da recente anulação do Iraque, o Pacto Balcânico também, os acordos bilaterais dos Estados Unidos com a Espanha de Franco, a Iugoslávia de Tito, a China nacionalista e o Japão — seriam outros tantos passos decisivos na edificação paulatina de um dispositivo estratégico, não só militar, mas também econômico e político, traduzindo o conceito básico de contenção do comunismo, brilhantemente transformado em realidade palpável. E note-se ainda que, nessa ampla área que se estende bem para além do próprio mundo do Ocidente, haveria resistências de toda ordem a vencer, algumas até mesmo imprevisíveis — o constante receio e as múltiplas desconfianças em relação a quem se fizera odiar, nessas paragens, por um colonialismo opressor e estreito, as flagrantes vulnerabilidades locais desmoralizando qualquer espírito de resistência e de luta, o temor justificado de possíveis represálias por parte dos comunistas e, não menos, antigas e profundas dissensões regionais entre vizinhos, cuja cooperação se tornaria indispensável no quadro geral da defesa do Ocidente, a múltipla clivagem social entre potentados e párias, entre castas ou classes, entre religiões e entre raças distintas.

Hoje, a barreira anticomunista, colada às cortinas de bambu e de ferro, apresenta já solidez apreciável em todo o flanco europeu, da Escandinávia à Anatólia; daí para leste, porém, o bastião mais consistente do sudeste asiático, embora descontinuo e nucleado um tanto à retaguarda na indiscutível potência e firmeza do ANZUS, surge, mais ou menos isolado ainda, entre uma periclitante coligação no Oriente



## ANTAGONISMO ENTRE O OCIDENTE E ORIENTE COMUNISTA



(Esquema 1)

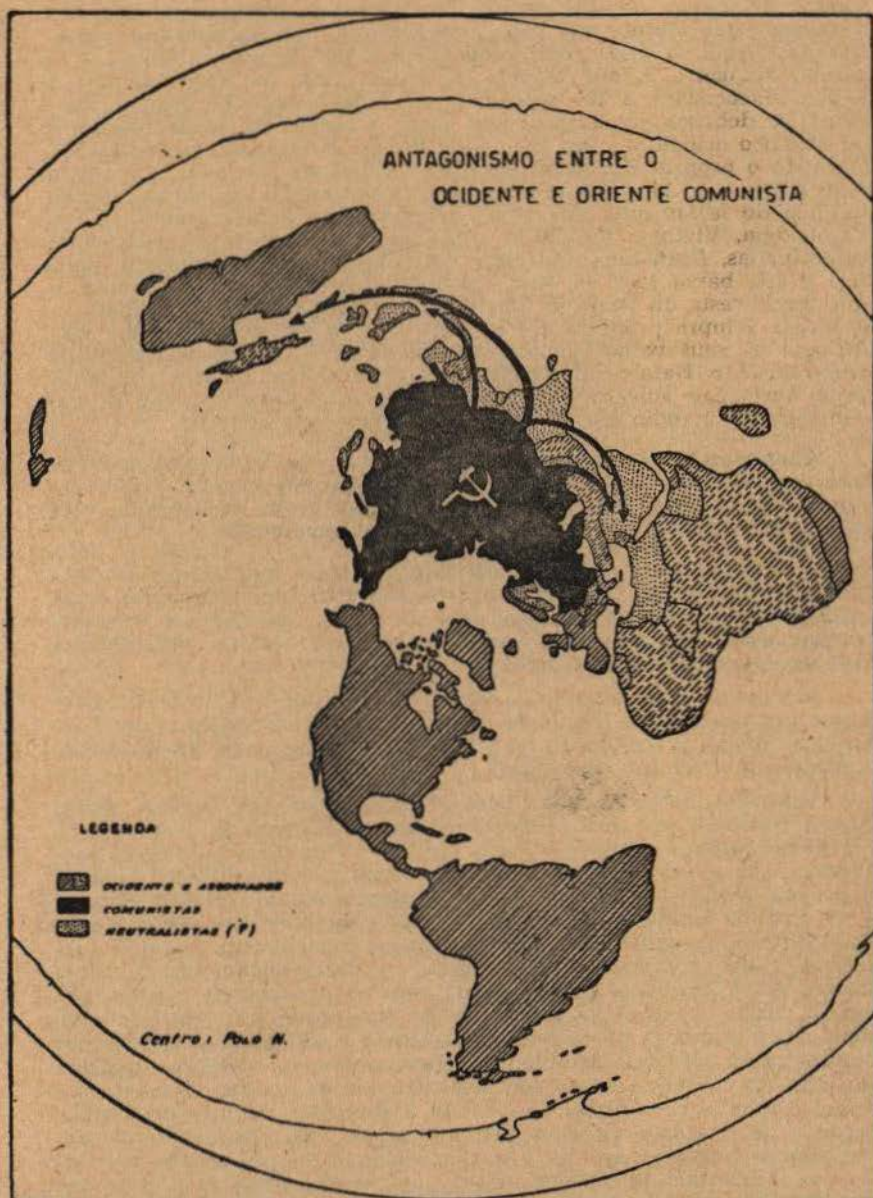


## ANTAGONISMO ENTRE O OCIDENTE E ORIENTE COMUNISTA



(Esquema 2)





(Esquema 3)



Médio em ebulição, de um lado, e do outro lado, os simples pontos de apoio espaçados e restritos de Formosa, da Coréia do Sul e do Japão — cuja contribuição reside, em verdade, muito menos no potencial de guerra de que podem dispor por si mesmos, do que nas vantagens que oferece sua posição geográfica, embora precária, valiosíssima. Aqui, o ônus recai pesadamente nos Estados Unidos. E a sétima Esquadra é, sem dúvida, o núcleo vital da defesa contra a China ameaçadora e tão próxima que, lado a lado da Rússia siberiana, se debruça em larga frente sobre a cadeia de mares interiores do Pacífico ocidental. Ali, é a vasta brecha neutralista da Índia, dissociando o próprio Paquistão em duas vulneráveis metades, um pouco mais além — o Afeganistão ainda não comprometido como um rugoso tampão de isolamento, um pouco mais aquém — a Birmânia, Laos, Camboja, Vietnã do Sul e a Malaia e a Indonésia, perenemente tumultuadas, flutuantes, indecisas e fracas, na sua imaturidade política e seu baixo teor de vida. Enquanto isso, no Médio Oriente, o que ainda resta do Pacto de Bagdá se encontra já entre dois fogos — a Rússia sempre pronta a transbordar para o sul segundo linha tradicional de seus velhos planos expansionistas; e o anti-ocidentalismo ressentido de Nasser, mobilizando, agressivo, um fanático nacionalismo árabe que ameaça convulsionar toda aquela região e não se tem demonstrado arredo a acórdos com os próprios comunistas.

Assim sendo, na muralha de contenção que o Ocidente pelega em construir, perseverante, em derredor da vaga imperialista ainda mal represada do expansionismo sino-russo, duas largas e profundas vias de acesso mais fácil se oferecem ao avanço comunista:

— uma, através da Índia ou flanqueando-a por leste, via Birmânia e Malaia, em demanda do alongado arco indonésico, por onde, infiltrando-se entre as Filipinas e a Austrália, esboçaria o envolvimento desta pelo norte, a completar-se sem maiores dificuldades pela conquista da Nova Guiné;

— a outra, ainda através do subcontinente hindu ou desbordando-o agora por oeste, pelo território afegão, rumo à encruzilhada vital do Oriente Médio, já ameaçado de seu próprio interior pela agressão disfarçada em revolução libertadora.

Afora isso, resta apenas a possibilidade de ataques frontais, muito menos frutuosos por certo, sobre Formosa ou a Coréia do Sul de novo ou, menos provavelmente, o Japão insular — na Ásia — diretamente também sobre o Oriente Médio, de um e outro lado do Cáspio, contra a própria NATO, na Europa, senão, transpolarmente, sobre o Canadá e os Estados Unidos. Mas seriam todas, evidentemente, ações muito mais difíceis, suscetíveis de provocar, quase seguramente nos dois primeiros casos, certamente nos demais, o desencadeamento de uma guerra geral, enquanto que, segundo aquelas penetrantes acima, subsistem ainda francas possibilidades de progredir, sub-repticiamente, pela tática manhosa da subversão insuflada e alimentada através das fronteiras ou do golpe de estado cuidadosamente preparado e apoiado do exterior. Assim, nessas limitadas frentes de tensão, o mais provável é que os comunistas se limitem a repetidos ataques de inquietação e de desgaste, fintas e demonstrações, com o objetivo de experimenter o estado de alerta e a capacidade de resistência das Potências Ocidentais ou distrair-lhes a atenção de outras manobras que tentem alhures realizar.

Para atendê-los, não bastaria ao Ocidente dispor de um poder nuclear de intimidação, resposta violenta e, por isso mesmo, exageradamente rígida, nem sempre aplicável no caso de ameaças limitadas,



sob pena de provocar, por dá cá aquela palha, nesta nova era de trágica paridade em armas atômicas e, sobretudo, como diz Jules Moch, de "igualdade balística", a hecatombe monstruosa e temida.

Seria necessário contar com forças militares ao pé da obra, organizadas de preferência com elementos locais devidamente equipados e assistidos, reforçados, se necessário, por destacamentos dotados de armamento do mais moderno e potente. Seria preciso manter, nas proximidades, forças-tarefas móveis, prontas a acorrer em caso de alarme — reservas regionais como as Esquadras atômicas do Mediterrâneo e do Pacífico. Seria, ainda, indispensável constituir um primeiro escalão de reserva geral, brigada de choque altamente móvel e superiormente equipada, capaz de atender, no mais curto prazo, aqui ou acolá, como bombeiros internacionais de uma nova estirpe, aos focos de perturbação atizados pelos comunistas ou às ameaças de ataque tanto da Rússia como da China, no vasto perímetro do mundo livre.

De qualquer forma, representando a contenção do comunismo em suas atuais fronteiras, o propósito fundamental da estratégia do Ocidente, natural é, pois, que os Estados Unidos, como país líder do bloco ocidental, pelo seu muito superior poderio econômico e militar, venham concentrando esforços na estruturação, fortalecimento e apoio dessas defesas periféricas, tanto na Europa como na Ásia, mediante a ajuda financeira altamente discriminadora, a assistência técnica em larga escala, o fornecimento de material de guerra, a cooperação econômica ampla e a manutenção, nas proximidades, de poderosas forças militares. Tudo isso, sem prejuízo do elevado nível de eficiência em que manter o poder de intimidação atômica. Mas, entre esses dois pólos de atenção — um, focalizado no próprio território continental e o outro, vigilante ao longo do cinturão avançado de defesa — o restante do mundo, na África quase toda e nas Américas, tanto Central como do Sul, ficaria relegado a um segundo plano bem nítido nas preocupações e assistência dos Estados Unidos, quase inteiramente guiadas, aqui, ainda por interesses imediatistas e inconfessáveis dos altos círculos financeiros daquele país.

E, no entanto — restringindo-nos ao panorama americano, onde não há, como na África, interesses exclusivistas de países metropolitanos, cuja aliança importaria, sobretudo, resguardar de possíveis atritos, o que exigiria cautela e tato, aliás nem sempre seguidos lá, em quaisquer interferências — as Potências maiores do Ocidente e, em particular, os Estados Unidos, mais diretamente interessados, não podem prescindir das Américas Central e do Sul:

— quanto a seu apoio maciço, indiscutivelmente ponderável e por vezes decisivo, nas deliberações das Nações Unidas;

— no que se refere ao fornecimento de materiais estratégicos ou críticos, cujas outras fontes de produção se situam em regiões de alta instabilidade, extremamente vulneráveis a qualquer investida comunista, ostensiva ou mascarada, além de exigirem, no caso de guerra geral, um transporte marítimo oneroso, demorado e sujeito à intensa campanha submarina que os soviéticos não deixarão de desencadear — e, neste caso, se encontra, como é sabido, o petróleo do Oriente Médio;

— no que respeita à proteção do tráfego marítimo neste mediterrâneo atlântico que constitui a única área de circulação suficientemente segura, alternativa, aliás, obrigatória no caso de um colapso sempre possível do Suez ou do Panamá;

— no que diz respeito à travessia aérea, mais direta e melhor protegida, por sobre o Oceano, entre a América do Sul e o continente fronteiriço, retaguarda imediata e vital do bastião europeu de defesa;



— relativamente à estruturação sólida de um sistema eficaz de segurança coletiva continental que permita garantir, em caso de guerra, a inviolabilidade destas posições-chaves, situadas bem no interior do dispositivo defensivo de todo o Ocidente;

— e, ainda, no que concerne ao concurso militar de um valioso potencial demográfico em operações extra-continentais, seja de simples policiamento em áreas neutralizadas como, atualmente, a faixa de Gaza, seja mesmo de reforço às tropas do Ocidente, no caso de guerra mais prolongada em que seja necessário enfrentar as massas incontáveis da Rússia ou da China.

Ora, o Brasil, pelo prestígio de que já goza no continente e no mundo, pelas suas variadas riquezas naturais, pelo seu elevado potencial humano e, além disso, pela sua inigualável posição geopolítica ao longo do Atlântico Sul, ocupa situação de importância singular quanto à satisfação de todas essas imperiosas necessidades da defesa do Ocidente.

Importa considerar, porém, que a América Latina — e, em seu contexto, o Brasil —, por suas fraquezas econômicas, sua imaturidade política e seu baixo nível cultural, acha-se, sem dúvida alguma, extremamente vulnerável à agressão comunista, mascarada sob a forma de infiltração e subversão à distância e, pois, reforçar-lhe a capacidade de resistência eliminando as condições locais tão propícias à final implantação, nesta região de capital importância para todo o Ocidente, de uma cabeça de ponte comunista ou entreposto favorável aos vermelhos é tarefa das mais relevantes e de maior urgência que as grandes Potências Ocidentais e, em particular, os Estados Unidos tão próximos não poderiam nem deveriam, de forma alguma, descurar em nível muito inferior de sua ampla lista de prioridades estratégicas.

E quem viver, o verá!

(Conclusão no próximo número)



## UM SÓ MUNDO

Observa-se na Epoca Moderna, o mesmo fenômeno que na antiguidade, isto é, predomínio da força centrípeta de certos países sobre os demais. É verdade que existem dezenas de nações independentes, porém, há uma preponderância incontestável de apenas três delas, em todos os assuntos de importância capital. E, essas três, já se alinham em apenas dois campos opostos. As demais, com muito esforço, conservam sua independência política ou promovem o bem-estar de seus povos a custa de ingentes esforços.

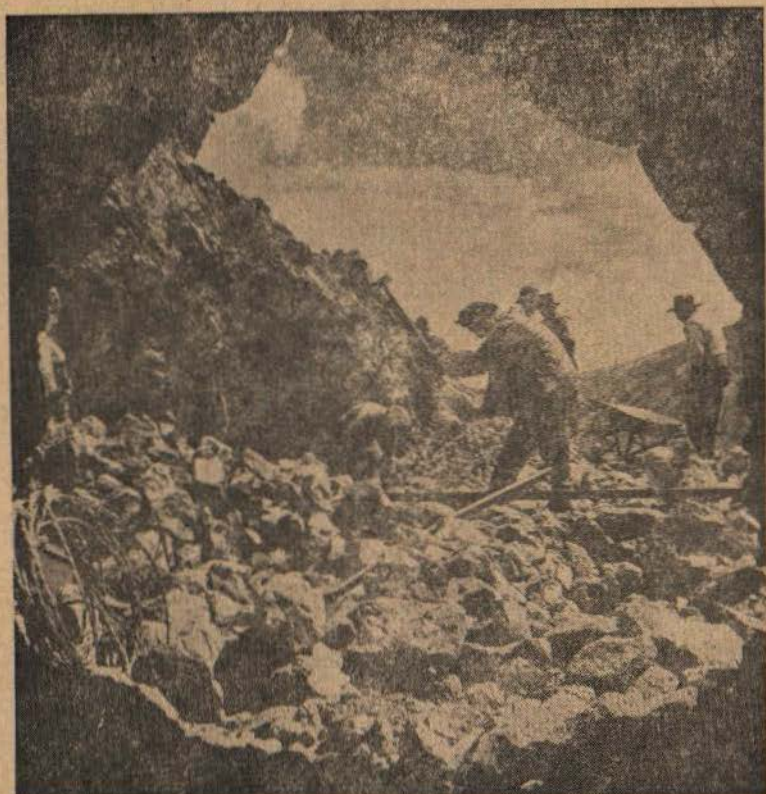
Ten-Cel DIDEROT MIRANDA



### III — GEOPOLÍTICA DA BOLÍVIA

*"SI LA TIERRA DESAPARECIESE Y QUEDARIA SOLO  
BOLIVIA, TODOS LOS CLIMAS Y TODOS LOS  
PRODUCTOS DE LA TIERRA QUEDARIAN ALLA"*

ALCIDES D'ORBIGNY (1841)



*Mina de Estanho de San José*

**BOLÍVIA, CORAÇÃO METÁLICO DA AMÉRICA DO SUL**



# REPÚBLICA DE BOLÍVIA



## SUPERFÍCIE

1.098.581 Km<sup>2</sup> (5° da América do Sul, 6° da América Latina e 19° do Mundo).

## POPULAÇÃO

**Absoluta:** 3.273.000 hab (8° da América do Sul, 12° da América Latina e 69° do Mundo).

**Relativa:** 2,9 hab/Km<sup>2</sup> — **Urbana:** 34%.

## CAPITAL

LA PAZ com 360.000 hab.

## IDIOMA

**Oficial:** Espanhol, porém os índios falam o quíchua e o aimará.

## RAÇA

14.8% de brancos descendentes de europeus.

32.0% de mestiços de brancos e índios.

52.9% de índios.

0.3% diversos.

## RENDAS ANUAIS

**Nacional:** US\$ 348,8 milhões — **Per capita:** US\$ 109.

## PRINCIPAIS EXPORTAÇÕES

Estanho (2° produtor do mundo), chumbo, prata e tungstênio. A exportação de petróleo tende a aumentar e poderá, em breve, ultrapassar a de estanho.



# BOLÍVIA, IMPRESSIONANTE EXPRESSÃO GEOPOLÍTICA

Major OCTAVIO TOSTA

## I — O PROCESSO DE RETRAIMENTO DO ESPAÇO BOLIVIANO

### 1) AUDIÊNCIA DE CHARCAS

O atual território boliviano foi primitivamente denominado de Collao (Collasuyo para os incas) por ter sido ocupado pelos Collas que se estabeleceram nas margens do Titicaca e do Desaguadero e "dali avançaram através das montanhas andinas até penetrar nos lhanos orientais onde provavelmente se mesclaram com os habitantes da região". (1)

Parece que, a partir do ano 600, os collas (chamados posteriormente de "aymaras" pelos espanhóis) receberam poderosa motivação graças à qual desenvolveram uma alta civilização conhecida pelo nome de *Tiahuanaco*. Esta notável cultura floresceu durante três séculos todavia, em princípios do século X, por alguma razão extraordinária, *Tiahuanaco* entrou em decadência. Pelo século XIII os quíchuas de Cusco invadiram Collasuyo. O inca Mayta Capac apoderou-se de *Tiahuanaco* e, posteriormente, foi completada a conquista do território "boliviano". Esta situação de dominação perdurou até a chegada dos espanhóis.

Em 1534, após a conquista do Peru, a América Espanhola foi dividida em governações (fig. 1). A Francisco Pizarro foram concedidas 270 léguas contadas sobre o meridiano (Nova Castela). A Governação de Nova Toledo com 200 léguas foi atribuída a Diego de Almagro. Este, após ter sido nomeado pelo rei de Espanha "adelantado" daqueles territórios ao sul do Peru organizou (1535) uma expedição ao Chile e, ao passar pelo território da Bolívia, funda a cidade de Paria (atual Oruro).

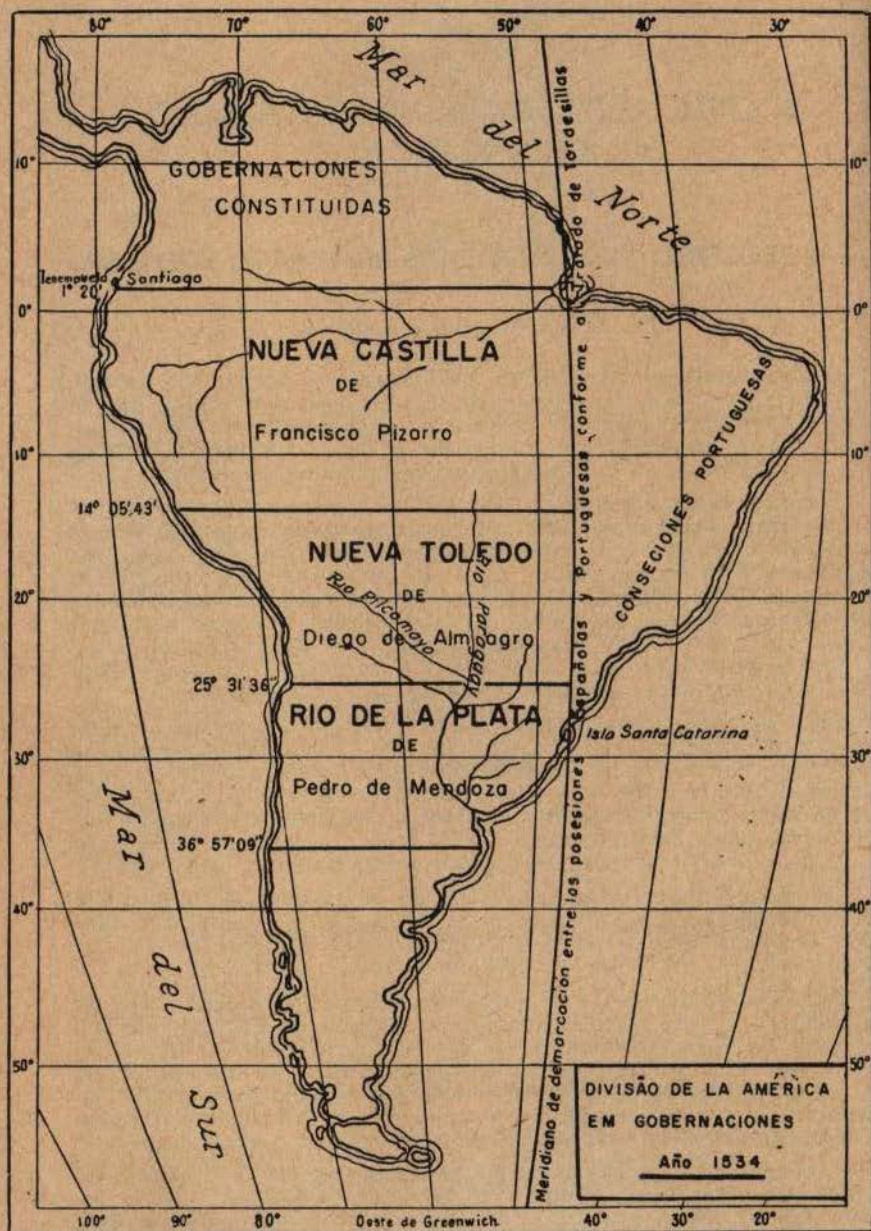
No ano de 1538 foi fundada a cidade de Charcas, posteriormente denominada de La Plata, Chuquisaca e, finalmente, de Sucre. Em 1549 Nuño Chávez atingiu as selvas do Grande Chaco e passou para o Paraguai.

Pela Real Cédula de 12 de junho de 1559, Felipe II determinou às autoridades do Peru a criação da *Real Audiência* de Charcas com tribunal em La Plata (Chuquisaca) e "*con más cien leguas de tierras ao redor por cada parte*". Estas 100 léguas, na parte oriental de La Plata, aproximavam-se do rio Paraguai atingindo o meridiano de 59° 35' e pelo sul da referida cidade atravessavam os rios Pilcomayo e Bermejo aproximando-se do paralelo de 24°.

A Cédula Real de 29 de agosto de 1563 estendeu a território de Charcas até o rio Paraguai com "*las tierras y pueblos que tienen poblados Andrés Manso y Nuño de Chávez con lo demás que se poblare en aquellas partes*".

1) M. PACHECO LOMA, "Resumen de la Historia de Bolivia".





(Fig. 1)



No ano de 1661 tiveram início as revoluções. Antônio Galardo e seus companheiros ao grito de "liberdade para os americanos" assaltaram o palácio do corregedor em La Paz e mataram aquela autoridade. Em 1730 houve um levante em Cochabamba.

Com a Real Cédula de 1 de agosto de 1776 o Monarca de Espanha criou o Vice-Reinado de Buenos Aires. A Audiência de Charcas foi separada do Peru e anexada ao novo Vice-Reinado. (figs. 2 e 3)

Em 1780 uma rebelião indígena estendeu-se até Charcas, Oruro, Cochabamba e La Paz sendo debelada após muita luta.

A Cédula Real de 14 de abril de 1783 restabeleceu os distritos audienciais de Buenos Aires e de Charcas e pela Cédula Real de 5 de agosto do mesmo ano o Vice-Reinado de Buenos Aires passou a ter a seguinte constituição:

- a) Intendências: Buenos Aires, Córdoba, Salta, Paraguai, Potosi, La Plata, Cochabamba e La Paz;
- b) Governos Militares: Montevideu, Missões, Mojos e Chiquitos.

As lutas pela independência tiveram início em Charcas (Alto Peru) a 25 de maio de 1809 com o lançamento de um manifesto proclamando a liberdade das colônias espanholas da América. Em 1810 alguns triunfos foram obtidos. A luta aumentou de intensidade nos anos de 1818, 19 e 20 mas os insurretos foram novamente derrotados. Em 1823, nova tentativa sem êxito.

Finalmente, a independência do Alto Peru só foi assegurada após as vitórias decisivas de Bolívar e Sucre. A 6 de agosto de 1825, a Assembleia de Representantes, reunida em Chuquisaca proclamou a independência do novo Estado que tomou o nome de Bolívia em homenagem ao Libertador.

A nova República, herdeira do território da Audiência de Charcas, possuía uma superfície, referida a 1825, de 2.151.264 km<sup>2</sup> (ou de 2.343.260 km<sup>2</sup> em 1831, segundo outra fonte).

No ano de 1836 Santa Cruz, presidente da Bolívia, conseguiu reunir o Peru ao seu país constituindo uma Confederação que, graças à intervenção do Chile, foi desfeita em 1839.

## 2) CONCENTRAÇÃO ECONÔMICA NO ALTIPLANO E ESPAÇOS VAZIOS NAS EXTREMIDADES DO TERRITÓRIO

Em 1545 foram descobertas ricas jazidas de prata no cerro de Potosi. A partir dessa época a vida econômica da Bolívia se constituiu em torno de seu altiplano, por causa das riquezas minerais que aí se encerram.

A Bolívia manteve a primazia mundial na produção da prata até o ano de 1871, quando o estanho substituiu em volume aquela produção. Todavia, a economia boliviana continua, até os dias atuais a ser essencialmente mineira e esta indústria representa 90% das exportações do país.

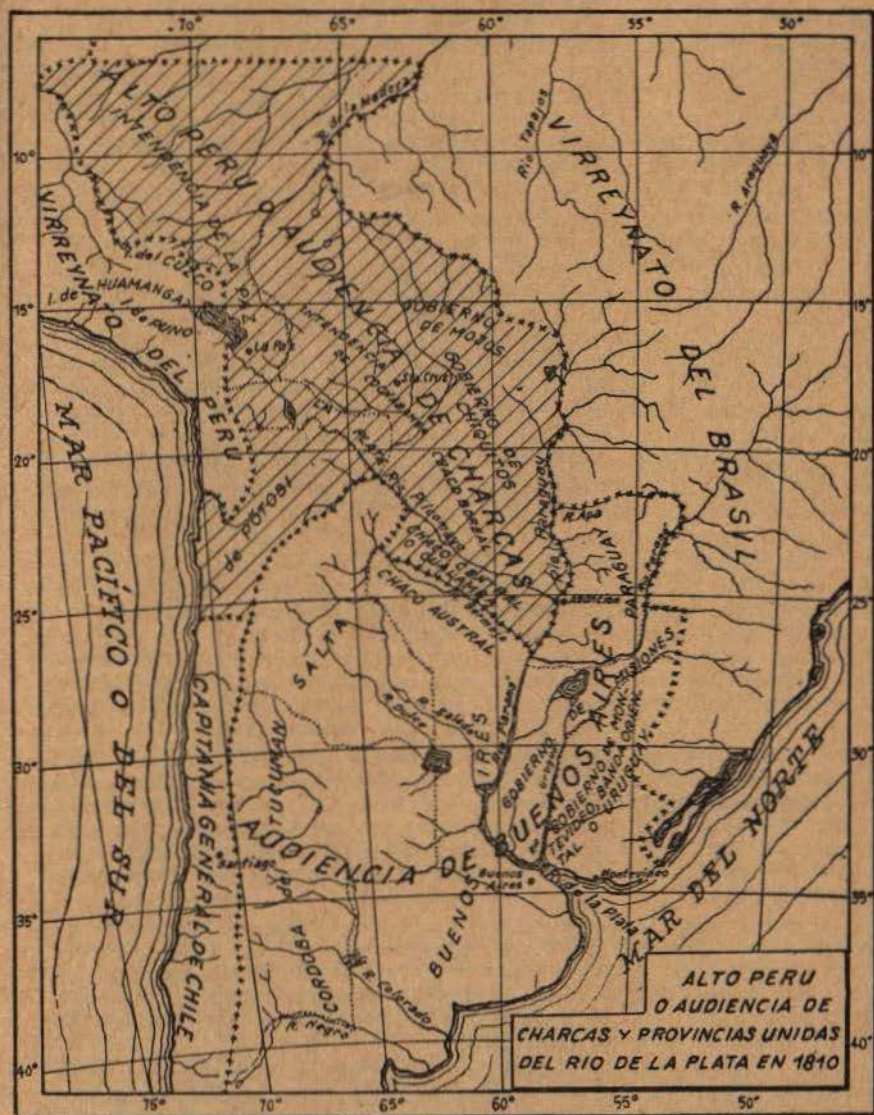
O imediatismo econômico causado pela facilidade de riqueza prometida pela mineração determinou a concentração da população nas mesetas. As imensas possibilidades agropecuárias dos vales, youngas e baixadas não foram aproveitadas. As regiões setentrional e oriental da Bolívia, muito favoráveis à colonização, permaneceram abandonadas.





(Fig. 2)





(Fig. 3)



Portanto, desde o início da colonização do Alto Peru pelos espanhóis, a concentração humana se fez em torno do Altiplano determinando, em consequência, a existência de extensos espaços vazios nas extremidades do território boliviano.

Tal fato, vai ser a causa dos numerosos litígios de fronteira que acarretaram sucessivos desmembramentos do território da Bolívia e levaram até este país a duas guerras de trágicas consequências.

Como vimos, o território histórico da Bolívia (fig. 3) se estendia desde o paralelo 7° 38' ao Norte até aos rios Bermejo, Grande e Tatal, no limite Sul. A Leste o território terminava nos rios Paraguai, Guaporé e Madeira e o limite Oeste se aproximava do rio Ucayali, passava pelo Urubamba, lago de Titicaca, Cordilheira Ocidental e rio Loa.

Este vasto território possuía em torno do Altiplano e situadas em posição simétrica em relação à região econômica do país, três áreas características hoje conhecidas por *Atacama*, *Acre* e *Chaco* (fig. 7, Anexo IV).

O deserto de Atacama era, a princípio, um areal de 300 a 400 km de fundo sobre a costa, seco, árido, sem receber as massas de ar frio de sudeste por serem as mesmas barradas pela cordilheira.

A Bolívia possuía títulos históricos sobre a região, os quais lhe conferiam soberania marítima com oitenta léguas de costa no Pacífico desde o rio Loa, ao Norte, até ao rio Salado, ao Sul, incluindo os portos de Antofagasta, Mejillones, Cobija e Tocopilla. Média o território cerca de 158.000 km<sup>2</sup> e até 1842 foi considerado sem importância.

Quanto à segunda área (*Acre*), era de tão grandes proporções (mais de 700.000 km<sup>2</sup>) que "avassalaria o bloco continental que se constituísse juntando um terço da Espanha e toda a França" (2) abrangia mais do triplo do Uruguai e correspondia a 25 Bêlgicas.

Conforme se pode observar nos antigos mapas (figs. 4, 5 e 6, Anexos I, II e III) "houve na América do Sul um vasto território desconhecido extremado-se, vagamente, com três audiências espanholas — a de Charcas, a de los Reyes e a de Quito — e todo o NO dos domínios lusitanos; pelo princípio regulador do desenvolvimento das colônias castelhanas, aquele território, interjacente, na faixa que lhes pertencesse, destinava-se a gravitar na órbita de uma daquelas audiências — qual a que o atraiu? A de Charcas. Dizem-no-lo decisivos documentos". (3)

Todavia, após a assinatura dos Tratados de Madri e Santo Ildefonso (1750 e 1777) não foram feitas as respectivas demarcações, permanecendo desconhecida imensa região situada entre os rios Javari e Madeira. Os mapas da época apresentavam-na como verdadeiro deserto constituído de florestas inteiramente dominadas pelos indígenas. Os cursos de rios como o Purus e Juruá eram traçados nos mapas com grande imprecisão.

O padre João Daniel afirma em seu livro "Tesouro Descoberto no Máximo Rio Amazonas" publicado em meados do século XVIII que "entre o Madeira e o Javari, em distância de mais de 200 léguas, não há povoação alguma nem de brancos nem de tapuias mansos ou missões". Tais informações são confirmadas por Tavares Bastos em 1866 no seu ensaio sobre "O Vale do Amazonas".

No laudo arbitral de 1909 para caracterizar a linha divisória entre a Audiência de Charcas e o Vice-Reinado do Peru no ano de 1810, o árbitro declarou "que, en realidad la zona controvertida se encontraba em 1810 completamente inexplorada".

2) EUCLIDES DA CUNHA, "Peru versus Bolívia".

3) EUCLIDES DA CUNHA, obra citada.



Finalmente, o *Chaco*, outro grande "espaço vazio", situado no limite sudeste do território boliviano, era constituído por vasta zona cujas raías incertas iam desde as proximidades do paralelo de 19° de latitude Sul até aos rios Paraguai e Bermejo terminando a Oeste nos contrafortes dos Andes.

O território que seria futuramente motivo de sério litígio compreendia os atuais *chacos* Boreal e Central abrangendo "extensa planície coberta de matas e pântanos, densamente povoada de índios guerreiros, sem cursos d'água navegáveis ao Norte do Pilcomaio" (4) e possuindo uma superfície aproximada de 355.000 km<sup>2</sup>.

Com a expulsão dos jesuítas das missões de Mojos e Chiquitos (atual *Chaco Boreal*) em 1768, a colonização da baixada foi inteiramente abandonada, concentrando-se os bolivianos inteiramente na mineração do altiplano.

### 3) AS MOTIVAÇÕES AS INVASÕES E O RETRAIMENTO DA FRONTEIRA

As regiões de Atacama, Acre e *Chaco* pela aspereza do clima, dificuldades à vida ou agressividade dos índios permaneceram, durante muito tempo, inteiramente abandonadas pelo homem civilizado. Não possuíam valor económico que compensasse a luta contra aqueles elementos hostis:

Todavia, o aparecimento de três valiosos recursos económicos constituiu poderoso "estímulo" às invasões que determinaram violentos retraimentos da fronteira e o desmembramento de vastas e ricas extensões do território boliviano.

O primeiro "estímulo" foi sem dúvida o *salitre* descoberto em 1842 por uma comissão chilena na desértica região de Atacama.

O segundo "estímulo" foi constituído pela *borracha* de seringueira que atraiu para as margens do rio Acre, a partir de 1877, milhares de seringueiros.

Finalmente, o terceiro "estímulo" surgiu por volta de 1926 com a caracterização de *petróleo* na faixa subandina da Bolívia, praticamente, portanto, nos limites do *Gran Chaco*.

No desenrolar desses três acontecimentos históricos notamos, por vèzes, a influência ponderável do ambiente geográfico, ora condicionando os movimentos, ora constituindo a razão desses próprios movimentos para, enfim, ser atenuada, já que não mais anulada, por uma evidente *ação geopolítica* realizada pelo povo boliviano.

#### a) Atacama (fig. 7, Anexo IV)

A descoberta, em 1842, de ricas jazidas de guano feitas por chilenos em território boliviano foi, sem dúvida, um episódio da luta pela sobrevivência realizada por um povo laborioso, habitante de uma faixa de terra estreita, árida e apertada entre os mar e as montanhas. Não havendo possibilidade de obter boas terras caminhando para o Sul, nem tampouco de conquistá-las a Leste, os chilenos *avancaram sobre a linha de menor resistência* penetrando em território boliviano quase desabitado na época e que lhes oferecia um clima bem mais ameno e lhes proporcionava imensas riquezas minerais como o *salitre*, *bórax*, *sulfatos*, etc.

4) Gen ESTEVAO LEITAO DE CARVALHO, "A Paz do Chaco" — "Como foi efetuada no campo de batalha".



Os atentados à soberania da Bolívia foram repelidos sem que impedissem, contudo, a penetração econômica do Chile que já se estendia até ao paralelo de 23°.

Em 1866 Melgarejo modifica inteiramente a política para com o Chile e após afirmações de solidariedade num sentido pan-americano concluiu um Tratado de Limites pelo qual a Bolívia transferiu, sem reciprocidade para a República vizinha, cerca de 30.000 km<sup>2</sup>, com 30 léguas de costa do extremo Sul (25°31'36") ao paralelo de 24°. Além dessa concessão, os dois países repartiram os produtos provenientes da exploração dos depósitos de guano "descobertos no território compreendido entre os graus 23 e 25 de latitude meridional". Isto é, a Bolívia para ter direito à exploração do guano no território que cedia ao Chile, permitiu que a penetração econômica deste país se adentrasse no seu território até ao paralelo de 23°.

Pelo Tratado de 1873 os dois países concordaram em estender a "participação na metade dos direitos de exportação aos metais propriamente ditos, como ao salitre, ao bórax, aos sulfatos e demais substâncias inorgânicas que se enquadrassem na aceção geral de minerais".

A associação dos dois países para a exploração comum da faixa de terra situada entre os paralelos de 23° e 25° redundou em sérios desentendimentos que culminaram com a Guerra do Pacífico (1879-1881) entre o Chile, de um lado e a Bolívia e o Peru, do outro.

Em 1880 foi assinado um Pacto de Trégua pelo qual a Bolívia perdeu praticamente a soberania sobre o seu território marítimo.

O Tratado de Paz definitivo foi assinado em 1904. Por ele ficaram "reconhecidos sob o domínio absoluto e perpétuo do Chile" os territórios compreendidos desde o paralelo de 23° até a embocadura do rio Loa, com mais de 90.000 km<sup>2</sup>. Encerrou-se, assim, o litígio iniciado em 1842 cuja consequência foi o recuo da linha histórica e a perda de uma área total de 120.000 km<sup>2</sup> abrigando valiosos recursos minerais que realizaram o engrandecimento econômico do Chile.

Ficou a Bolívia enclausurada no Continente sem contar mais com as rendas aduaneiras do Pacífico e com a sua escassa população recolhida ao altiplano sofrendo as consequências de penosa situação econômica que estimulava ainda mais os sérios desentendimentos políticos.

#### b) Acre (fig. 7, Anexo IV)

Como vimos anteriormente, havia no período colonial uma vasta área inteiramente desértica entre as confrontações atuais da Bolívia, Brasil e Peru, cujo direito de posse constituiu motivo de sérios litígios internacionais.

As demarcações das jurisdições das múltiplas governações e províncias espanholas nunca ficaram bem caracterizadas. As "cédulas reais" se sucediam ampliando jurisdições para modificá-las em seguida acarretando, em consequência, sérios problemas políticos para as novas nações que se constituíram. Havia certa indeterminação entre antigas jurisdições vizinhas, como nas audiências de Charcas, de Lima e do Chile.

Para a caracterização das raíais, foi estabelecido, por consenso geral, o princípio do *uti possidetis* referido a 1810, ano de início das campanhas libertadoras.

Na confrontação brasileira, a fronteira histórica da Bolívia sofreu dois importantes recuos.

O primeiro foi consequente da aplicação do *uti possidetis* ao estabelecerem o Tratado de 1867. Por este instrumento jurídico as raíais bolivianas realizaram, só na região amazônica, um rebatimento da linha



média do Madeira para a oblíqua da confluência dos rios Mamoré e Beni à nascente do Javari, que correspondeu à perda de 251.000 km<sup>2</sup> de território. Na linha Paraguai-Guaporé o retraimento da *linha histórica*, pelo mesmo tratado, correspondeu a um área de 49.000 km<sup>2</sup> que somados aos 251.000 km<sup>2</sup> da região amazônica perfazem um total de 300.000 km<sup>2</sup> de territórios incorporados ao Brasil no ano de 1867.

O segundo recuo foi consequência da exploração de borracha feita por brasileiros, em fins do século passado, na região acreana.

No ano de 1877, começaram a chegar às margens do rio Acre povoadores espontâneos, principalmente cearenses, acossados pela grande seca desse ano. Vinham atraídos pelas vantagens oferecidas pela borracha de seringueira, cujo valor acabava de ser reconhecido nos mercados internacionais. Subindo os rios Juruá e Purus, atingiram o Tarauacá e o Iaco e foram se espalhando pela região aos milhares de forma que, em fins do século, havia uma população de uns 60.000 habitantes naquele trecho da bacia amazônica.

Em 1899, o governo da Bolívia, a fim de valer o seu direito, manda fundar a povoação de Puerto Alonso onde estabelece alfândega e governo.

Os moradores da região revoltaram-se e proclamaram a independência do Acre sob a forma republicana. O período revolucionário estendeu-se, com intervalos, até o ano de 1903.

Na impossibilidade de administrar o seu território naqueles contornos resolveu o governo boliviano arrendá-los a um sindicato anglo-americano com outorga de poderes sobre a região.

O governo do Brasil, apesar de reconhecer o direito da Bolívia ao território situado ao Sul da linha oblíqua, interviu diplomaticamente para evitar choques de forças bolivianas com brasileiros sublevados na região, inclusive ao Sul do próprio paralelo de 10°20' (5).

O litígio foi finalmente resolvido com o Tratado de Petrópolis (1903) pelo qual a Bolívia "cedeu ao Brasil a parte meridional do Acre, reconhecidamente boliviana, povoada inteiramente por brasileiros e desistiu de seu alegado direito à outra parte do território do Norte, também exclusivamente habitado por brasileiros" (6).

Esse novo recuo da *linha histórica* varreu uma área de 191.000 km<sup>2</sup> ao Sul da linha oblíqua. Todavia, a Bolívia recebeu, dentre as compensações territoriais estipuladas no tratado, uma área de 3.163 km<sup>2</sup> situada entre os rios Madeira e Abunã e mais 367 km<sup>2</sup> na linha do Paraguai havendo, portanto, um saldo de 186.970 km<sup>2</sup> a favor do Brasil em consequência do Tratado de 1903.

\* \* \*

Na confrontação peruana corriam duas *linhas históricas* segundo alegaram o Peru e a Bolívia. Por isso, os dois países reivindicaram a mesma área que, em parte, também coincidia com a ocupada pelos seringueiros brasileiros.

Segundo Miguel Mercado (7) os avanços peruanos em território boliviano começaram sobre o rio Inambary, no ano de 1890.

5) Rui Barbosa, Serzedelo Corrêa e outros (em face do art. 2º/Trat. 1867) argumentavam com o direito do Brasil ao triângulo territorial delimitado pelo paralelo 10°20', linha oblíqua já referida e meridiano da nascente do Javari.

6) A. G. DE ARAÚJO JORGE, "Introdução às Obras do Barão do Rio Branco".

7) MIGUEL MERCADO MOREIRA, "História Internacional de Bolívia".



Em 1894 o governo peruano fez diversas adjudicações territoriais na margem direita do Inambary e na região banhada pelo Madre de Dios. O governo boliviano protestou alegando que "el río Inambary y la línea desde la boca de este río hasta las vertientes del Javary, eran los límites de la República de Bolivia en esta parte" (fig. 7, Anexo IV).

No ano de 1901 o governo peruano "protestó contra el proyecto de administración social de los territorios del Acre, celebrado por el gobierno de Bolivia com um sindicato anglo-americano".

Em 1903 o Peru estendeu sua ocupação *de fato* até a confluência do Tambopata com o Madre de Dios e levantou o fortim "Puerto Maldonado".

Para evitar maiores avanços de uma e outra parte foi firmado o Tratado de Arbitragem de 1902, pelo qual, as altas partes contratantes submeteram o litígio à decisão do presidente da Argentina na qualidade de árbitro e juiz de direito, "a fim de obtener um fallo definitivo y inapelable, según el cual todo el territorio que en 1810 pertenecía a la jurisdicción o distrito de la antigua Audiencia de Charcas, dentro de los límites del Virreinato de Buenos Ayres, por actos del antiguo soberano, sea de la república de Bolivia; y todo el territorio que en esa misma fecha y por actos de igual procedencia pertenecía al Virreinato de Lima, sea de la república del Perú" (8).

O laudo, apresentado somente em 1909, considerou insuficientes os títulos das partes para um juízo sobre a linha divisória das duas entidades coloniais e, alegando que em 1810 a região se encontrava inteiramente inexplorada, partilhou a mesma *equitativamente* relegando qualquer direito possessório.

Das 6.432 léguas quadradas em litígio 3.322 foram adjudicadas ao Peru e 3.110 à Bolívia. O governo desta, considerando o laudo não jurídico, denunciou o pacto de arbitragem recusando-se a recebê-lo.

Após intercessão diplomática de outros Estados, os dois governos interessados realizaram em setembro do mesmo ano um "convênio retificatório do laudo argentino" pelo qual, 300 léguas quadradas foram restituídas ao território boliviano.

Dessa forma, na confrontação peruana, o recuo da fronteira boliviana abrangeu uma superfície de 250.000 km<sup>2</sup>.

#### c) Chaco (fig. 7, Anexo IV)

A sudeste do território boliviano nas confrontações do Paraguai e da Argentina estende-se, entre os rios Paraguai e Bermejo, uma vasta planície com vegetação desuniforme, relevos pronunciados na parte central e que foi motivo de sérios litígios internacionais.

Essa região característica que abrange os atuais Chacos Boreal e Central devia, de acordo com títulos da Real Audiência de Charcas e antigas Cédulas Reais, pertencer à Bolívia. Todavia a Argentina e o Paraguai, baseados em atos de ocupação histórica bem como em demarcações políticas do rei de Espanha, reivindicaram respectivamente o Chaco Central e o Boreal e conseguiram por fim deslocar a *linha histórica* da Bolívia.

Conforme pode-se observar nos mapas antigos (Anexos I, II e III) o Chaco constituía uma região a parte, situada entre o território do Paraguai e Charcas. Foi, inicialmente, uma espécie de "terra de ninguém" pois não oferecia vantagens econômicas à colonização e a sua

8) MIGUEL MERCADO MOREIRA, "História Internacional de Bolívia".



ocupação era dificultada pela resistência feroz de algumas tribos de índios.

O governo de Espanha, não tendo interesse econômico na região nem desejando que a sua conquista fosse realizada pelos portugueses que representavam uma constante ameaça de invasão às terras de Espanha, autorizou o estabelecimento de missões jesuíticas na mesma. Estas missões constituíam verdadeiras flanco-guardas ao longo da bacia do Paraguai para limitar a expansão lusitana para o Oeste. Além disso, as missões aldeavam os silvícolas o que possibilitava o pagamento de tributos pelos mesmos. Todavia, os interesses da Coroa de Espanha acabaram entrando em choque com as conveniências da Companhia de Jesus resultando, em consequência, a expulsão dos jesuítas em 1767.

A baixada ficou abandonada permanecendo os espanhóis do Alto-Peru absorvidos com a mineração no altiplano e sem conhecer perfeitamente onde terminavam as terras chaquenhassas que deviam ficar sob a soberania de Charcas.

Por isso, apesar da Bolívia ter se constituído sobre a unidade jurídica da audiência de Charcas que não sofreu fracionamentos ao se transformar em Estado independente, vai ser vítima, a partir do início de sua vida política autônoma, de sérios desmembramentos territoriais. Esses acontecimentos passam a ter um poderoso estímulo: a conquista do território boliviano deixa de ser um simples sacrifício para o enriquecimento da Coroa de Espanha e passa a constituir uma parcela do engrandecimento nacional.

\* \* \*

Na confrontação argentina o litígio de fronteira apresentou, dentre outras, duas questões importantes:

- Chaco Central
- Tarija

Os avanços argentinos no Chaco tiveram início com a incorporação a Oran da redução de "Rio Seco", fundada em 1807.

Em 1847 os avanços já se estendiam sobre o trecho do rio Tarija compreendido entre as confluências dos rios Itaú e Bermejo; à margem esquerda do Bermejo entre o San Antonio e o Condado; os Condados até o Pozo da Angostura Grande. Também fundaram alguns fortins na margem oriental do Bermejo como o "Cenizas", "Sarmiento", "Lavalley", etc.

O limite das possessões, em 1873, passava pelo fortim Lavalley no paralelo de 22°39', todavia, os avanços atingiram o paralelo 22°10' varrendo uma área de 370 léguas quadradas.

Quanto ao distrito de Tarija, pertenceu a Charcas desde a conquista até 1807. Neste ano foi criado o Bispado de Salta ao qual foi incorporado. Todavia, a lei ainda não tinha sido executada, quando teve início a guerra de emancipação americana.

Em 1825 o Libertador concordou com a entrega da província de Tarija à Argentina para que esta desistisse de suas pretensões a Atacama. O ato foi considerado ilegal e rejeitado pela assembléia constituinte de 1826.

Após diversas negociações diplomáticas que resultaram nos Tratados de 1858, 1865 e 1868, foi assinado em 1889 o Tratado definitivo que teve aprovação pela Bolívia no mesmo ano e pela Argentina somente dois anos depois (1891).

Pelo Tratado de 1889, a Bolívia garantiu os seus direitos sobre Tarija e cedeu à Argentina, em compensação, o Chaco Central e a Puna de Atacama.



Durante a execução desse Tratado as comissões delimitadoras verificaram que o texto do mesmo divergia muito da realidade geográfica. Por isso, houve necessidade de retomarem os debates que foram encerrados, finalmente, com o Tratado de 1925 pelo qual, a Argentina recebeu pequenas áreas em Lípez e em Toldos.

Portanto, as perdas territoriais da Bolívia na confrontação argentina abrangeram: 110.000 km<sup>2</sup> no Chaco Central, 45.000 km<sup>2</sup> na Puna de Atacama e uns 5.500 km<sup>2</sup> em Lípez e em Toldos.

\* \* \*

Na confrontação paraguaia desenvolveu-se sério litígio internacional pela posse do Chaco Boreal.

Como vimos, a Bolívia possuía títulos históricos sobre a região e o Paraguai, alegando a caducidade das Audiências defendia o *uti possidetis facto* e considerava a região chaquenha como um território *res nullius* afirmando, relativamente às Cédulas Reais, que "nada hay alli sobre delimitación de fronteras ni limites jurisdiccionales".

A ocupação paraguaia do território do Chaco foi iniciada no século XIX. Em 1852 Benavente apresentou o primeiro protesto boliviano. Todavia, a questão ficou em ponto morto por longos anos porque, de 1864 a 1870, o Paraguai esteve empenhado na guerra contra a Triplíce Aliança e em 1879 a Bolívia teve suas atenções voltadas para a guerra contra o Chile.

"Mas, se adormecera, durante esse tormentoso período histórico, o desejo dos dois governos de definirem os limites de seus domínios na região chaquenha, aguçou, por outro lado, as exigências econômicas, ditadas pela perda das guerras: o Paraguai privado do território litigioso ao Norte do rio Apa a buscar compensações nas terras devolutas do Chaco, aptas à pecuária e à agricultura; a Bolívia, perdidas as províncias marítimas do Pacífico, querendo um porto sobre a grande artéria fluvial, que a poria de novo em contato com o oceano e lhe facultaria a utilização de uma fácil via de transportes, em cuja extremidade se encontrava um porto comercial de grande futuro, como Buenos Aires" (9).

As tentativas para delimitação da fronteira começaram em 1879 com o Tratado Quijarro — Decoud que estabelecia o limite pelo paralelo da foz do Apa. Esse tratado, apesar de aprovado pela Bolívia, não foi aceito pelo Paraguai.

Para limitar a penetração paraguaia no território do Chaco e assegurar o acesso da Bolívia ao Prata, o Presidente Pacheco apoiou a construção de um porto no rio Paraguai. Além disso, planejando grandiosa ação geopolítica o referido Presidente propôs ao Congresso deixar o seu cargo para, à testa do Exército, construir uma "carretera" entre La Paz e o porto que, sobre o Paraguai, tomou o seu nome.

O Congresso boliviano de 1885 rejeitou essa proposta que teria garantido à Bolívia o acesso direto ao Atlântico e, certamente, a posse do Chaco Boreal.

Em 1887 foi estabelecido o Tratado Tamayo — Aceval com limites pelo meridiano 63° W Paris (60°39'46" W Gr) e paralelo 21°. Esse tratado, também aprovado somente pela Bolívia, mostra que, por essa época, os bolivianos já transigiam no sentido de conceder uma zona de cobertura para a Capital guarani.

9) Gen ESTEVAO LEITÃO DE CARVALHO, obra citada.



Os acontecimentos do Acre facilitaram a penetração paraguaia no território do Chaco. Porto Pacheco foi tomado *manu militari* em 1889. Novo tratado foi assinado em 1894 (Ichaso-Benítez), porém, já não teve aprovação por nenhuma das partes.

Enquanto isso, os paraguaios prosseguem nos seus avanços ao Norte da Baía Negra sobre o rio Outoquis estabelecendo aí os fortins Pátria (1901) e Galpón (1903).

Novas tentativas para solucionar o litígio são feitas com os acórdos diplomáticos de:

1907 (Pinilla — Soler);

1913 (Mujía — Ayala); e

1927 (Gutiérrez — Díaz León).

Durante o longo *status quo* foram disseminados pelos contendores, na zona em litígio, numerosos "fortins" cujas construções atingiram a maior intensidade nos anos de 1924 a 1928. Essas rudimentares fortificações se desenvolviam num traçado sinuoso e impreciso e caracterizavam uma linha divisória *de fato*.

Por essa época surgiu, nas proximidades da região em litígio, um novo e poderoso elemento que conduziu, inevitavelmente, a Bolívia e o Paraguai à cruenta guerra do Chaco. Esse novo fator de desinteligência foi o petróleo caracterizado na região subandina boliviana e bem no limite do Chaco.

As pretensões territoriais paraguaias se ampliam tendentes a atingir a linha definida pelos rios Outoquis e San Rafael, serra de San José, laguna Concepción, rio Tunas, banhado de Izozog, rio Parapeti e terminando no Pilcomayo a jusante de Villa Montes.

Para melhor inteligência da questão, transcrevo uma página de Samuel Guy Inman (10):

"Em 1922 um sindicato americano de banqueiros deu à Bolívia um empréstimo de \$ 33.000.000, recebendo como garantia a maior parte das rendas nacionais. Por volta de 1926 a Standar Oil Company conseguiu a concessão de 3.500.000 hectares de terra na baixada boliviana, perto do Chaco. Os lençóis petrolíferos eram dos mais ricos do mundo e usinas de refinarias foram instaladas para a exploração.

Os compromissos do empréstimo de 1922 eram tão onerosos, fora de toda a medida, que em 1926 65% da renda total do país, no valor de \$ 14.943.000, era empregada para a amortização do empréstimo. Em 1926 um empréstimo adicional de \$ 9.088.200 foi garantido pelo Vickers-Armstrong para a compra de material bélico na Inglaterra, sendo a despesa anual, proveniente deste empréstimo, de \$ 1.440.000. A despeito de tudo, e quando tudo mostrava que a Bolívia estava praticamente em bancarrota, a firma Dillon, Read & Co. de Nova York deu-lhe ainda em 1929 um outro empréstimo de \$ 23.000.000. Em consequência disto, a Bolívia, alguns anos mais tarde, suspendeu o pagamento dos empréstimos, mas achou recursos para comprar munições e assalarar todos os soldados estrangeiros de que necessitava.

Insistiam os jornais sul-americanos que a questão do petróleo estava no fundo desta guerra intempestiva e misteriosa do Chaco. Uma tempestade se levantou no Congresso argentino em torno da questão do

10) "América Latina — Sua importância mundial".



petróleo, cujos debates são uma reminiscência dos nossos, ao tempo das investigações sobre a Teapot Dome e a intervenção no México. O fato de soldados bolivianos, levados como prisioneiros a Assunción, usarem uniformes e botões do Exército norte-americano levou o público à persuasão de que o governo dos Estados Unidos estava tomando partido na luta. Um adido militar norte-americano, depois de uma visita à frente do Chaco, declarou que de ambos os lados se usava o mais moderno material bélico — tanques, aviões, metralhadoras. Os Estados Unidos, bem como a Inglaterra, a França e a Alemanha, forneciam estes engenhos de guerra. Falidos como se encontravam ambos os beligerantes, sem possibilidade de contrair abertamente empréstimos, ficava o povo perplexo sobre quem corria com tais despesas vultosas. E a guerra misteriosa prosseguia, abastecida pelas fábricas de munições e pelas empresas de navegação que transportavam o material para ambos os beligerantes!"

Finalmente, a Bolívia e o Paraguai reconheceram que, ao invés de obterem uma vitória decisiva como pretendiam, estavam caminhando para a desintegração econômica, política e financeira.

Após 18 tentativas fracassadas de arbitragem e 65 fórmulas distintas de acordo, triunfou o bom-senso dos beligerantes. No dia 21 de julho de 1938 foi assinado o Tratado de Paz, Amizade e Limites pelo qual os dois países aceitaram o laudo arbitral para fixação de suas fronteiras.

O laudo foi assinado em Buenos Aires, a 10 de outubro do mesmo ano, pela Argentina, Brasil, Chile, Estados Unidos, Peru e Uruguai.

Por esse documento jurídico, a *linha histórica* da Bolívia retraiu-se novamente, varrendo dessa vez uma superfície de 243.500 km<sup>2</sup>.

\* \* \*

Em síntese, as desfavoráveis condições geopolíticas da Bolívia acarretaram, em pouco mais de um século de vida independente, a redução de cerca de 54% do território a que se julgava com direito.

As perdas territoriais sofridas pela Bolívia foram as seguintes, nas confrontações:

	km <sup>2</sup>
Brasil .....	490.437
Peru .....	250.000
Chile .....	120.000
Argentina .....	170.738
Paraguai .....	243.500
Soma .....	1.274.675

#### 4) A INSTABILIDADE POLÍTICA

As causas dos sucessivos desmembramentos territoriais da Bolívia têm sido atribuídas à falta de unidade geográfica do país, à não observância das normas sócio-geográficas ao constituírem a república, etc.

11) "História Internacional de Bolívia" (2ª edição ampliada).



De fato, desde o início da vida independente, o Estado boliviano vem modificando constantemente a sua base geográfica como águas desordenadas em busca de seu próprio perfil de equilíbrio.

A República tinha somente 10 anos de existência quando Santa Cruz impôs um plano de federação ao Peru. Foi constituída a celebre Confederação Peru-Boliviana que, de certa forma, possuía uma estrutura sócio-geográfica e poderia, talvez, se transformar em poderoso Estado. Mas, a sua duração foi muito efêmera pois, constituída em 1836, em 1839 já desaparecia.

Apos essa memorável expansão do espaço boliviano, têm início as regressões que vão se processar, particularmente, naqueles "espaços vazios" e caracterizar a mais evidente demonstração de um acentuado *centrifugismo político*.

Para Miguel Mercado (12), "como terras ribeirinhas desagregadas pelas águas de aluvião têm se desprendido, uns após outros, pedaços do patrimônio territorial da Bolívia, sem que fôsse possível deter essa corrente".

Todavia, os movimentos tendentes aos desmembramentos territoriais não se processaram apenas de fora para dentro. Houve diversas tentativas de emancipação política. Tarija, após pertencer até 1807 a Charcas, foi agregada à "la Intendencia de Potosí y dicho Arzobispado".

Segundo Miguel Mercado (13), "la delimitación efectiva sobre el terreno no tuye lugar, habiendo quedado en trámite la segregación de Tarija".

Como vimos anteriormente, o Território de Tarija foi devolvido pelo Libertador ao governo do Rio da Prata. O General Sucre protestou e a Província prociomou, em 1826, sua reincorporação ao Alto Peru.

Essa falta de caracterização de subordinação política permitiu um ambiente de agitações, durante o qual, houve em 1828 um motim favorável à autoridade da República do Prata e, também, tentativa de emancipação política.

Outros dois movimentos separatistas se processaram em Chiquitos e em Santa Cruz. Segundo Enrique de Gandía (14): "la anexión de Santa Cruz a la República de Bolivia se hizo arbitrariamente, sin consultar el pueblo cruceño, con el voto de dos diputados que no tenían poderes para representar su Intendencia, mientras que el gobierno de Chiquitos, también anexado sin razón a Bolivia, se agregaba por su propia voluntad al imperio del Brasil, que terminó por no aceptar su anexión".

Realmente, em 1825, Don Sebastián Ramos, governador de Chiquitos, discordando da independência do Brasil proclamada em Chuquisaca, propôs ao governador de Mato Grosso a incorporação do território daquela província ao Império do Brasil. As autoridades de Mato Grosso concordaram com a anexação que não foi aprovada pelo Imperador ao ter conhecimento do fato.

Finalmente, tendências separatistas também têm se manifestado em Santa Cruz de La Sierra. Alguns cruceños chegaram até, em 1935, a prestar o juramento à bandeira da "República de Santa Cruz de La Sierra". Sobre a cerimônia declarou, entre outras coisas, o jornal argentino *La Nación* (15):

12) Obra citada.

13) "Charcas y el Rio de La Plata".

14) "Historia de Santa Cruz de La Sierra".

15) ENRIQUE DE GANDIA, "Historia de Santa Cruz de La Sierra".



"Después de la bendición de la bandera desfilaron los cruceños y pronunció un discurso el intelectual cruceño Doctor Añez, quien dijo, entre otras cosas, que la idea de la independencia cruceña no es de ahora, sino mui antigua, y añadió: Día llegará, tal vez no lejano, en que nuestro ideal se convertirá en realidad."

Portanto, com exceção do altiplano, já houve em todas as regiões periféricas da Bolívia modificações territoriais ou, pelo menos, tentativas de emancipação do poder central.

Essas manifestações em conjunto são indícios evidentes de um sério centrifugismo político que está se processando no Estado boliviano.

## 5) REAÇÃO GEOPOLÍTICA DA BOLÍVIA

Essa poderosa força desagregadora do espaço boliviano tem sido percebida por alguns estadistas de gênio que, em grandiosas ações geopolíticas, têm procurado anulá-las ou, pelo menos, atenuar os seus efeitos.

Assim, após a guerra do Pacífico a Bolívia obteve do Chile a construção da ferrovia Arica — La Paz.

Após a perda do Território do Acre conseguiu do Brasil a construção da Madeira — Mamoré, para lhe facilitar o acesso ao Amazonas. Além disto, empregou a indenização obtida na ampliação e melhoria da rede ferroviária interna (La Paz, Oruro, Potosi), canalizando-a para Antofagasta.

O Presidente Pacheco, como vimos, construiu sobre o rio Paraguai, o Pôrto que tomou o seu nome e planejou a grandiosa estrada Pôrto Pacheco — La Paz de grande alcance geopolítico, o qual, infelizmente, não foi vislumbrado pelo Congresso boliviano de 1885.

Como conseqüência da Guerra do Chaco a Bolívia logrou a construção das ferrovias Jacuíba — Santa Cruz e Corumbá — Santa Cruz que atingiram aos seguintes objetivos geopolíticos:

- a) o traçado das estradas está, exatamente, no limite da área que era pretendida pelo Paraguai (fig. 7, Anexo IV);
- b) a Estrada Jacuíba — Santa Cruz eliminou, praticamente, uma possível expansão guarani sobre a área petrolífera boliviana;
- c) as duas estradas vão possibilitar o escoamento do petróleo boliviano para regiões de consumo assegurado;
- d) foram assegurados novos acessos ao mar.

Finalmente, um novo e poderoso instrumento de ação geopolítica está sendo convenientemente utilizado pelos bolivianos. Esse novo elemento é a *avição* que não respeita as fronteiras físicas, elimina os obstáculos geográficos, diminui as distâncias relativas e aumenta o poder político.

Temos a impressão de que, com um desenvolvimento mais amplo da aviação e o conseqüente aumento das rotas aéreas, a área de poder político e econômico que se situa atualmente no altiplano se espalhará, em breve, pelas regiões mais ricas do país, possibilitando o natural reforçamento de sua estrutura política e o imediato aproveitamento da "Bolívia do futuro".

(No próximo número: "Os Elementos do Poder".)







## A CONFRATERNIDADE AMERICANA E A CLAUSURA GEOPOLÍTICA DA BOLÍVIA

Coronel HUMBERTO COSTAS E. (\*)

(Traduzido da "Revista Militar" — Bolívia ns. 227-230-56, pelo Major Cláudio Leig).

Com muita singeleza e considerando uma realidade se proclama com freqüência, desde as tribunas do pensamento político, a União e a Confraternidade Americana.

Estes postulados são inegavelmente de um alto valor espiritual e grande significado político, quando estão revestidos de sinceridade e de realizações práticas, e cuja efetividade depende da resolução prévia de alguns problemas básicos que constituem os principais fatores negativos da nossa solidariedade continental.

Entre eles, um dos que exerce maior atração é sem dúvida o da "mediterraneidade" da Bolívia que não afeta somente a vida e o destino desta nação, mas também a unidade de toda a América. Problema, cuja solução urgente, é angustiosamente reclamada pelo nosso povo, aprisionado entre as altas muralhas andinas e que não deve nem pode ser desprezado por seus irmãos de origem e de civilização.

O tema em si é bastante conhecido, ainda que nem sempre de uma forma completa. Alguns de seus pontos, levantaram apaixonadas controvérsias internacionais e nacionais, provocando em nossos vizinhos do Pacífico, reações, às vezes, pouco serenas e destituídas de compreensão e de justiça.

Meu propósito com estas linhas não é fazer chauvinismo e muito menos toldar a cordial atmosfera diplomática que hoje caracteriza as relações interamericanas, o que nem é cabível nem justo. Pretendo, somente, focalizar a nevrálgica questão portuária da Bolívia, baseando-me em uma análise realista, para contribuir assim, com mais uma opinião, objetivando a conseguir uma rápida e adequada solução para nossa virtual "Clausura Geopolítica". Para isto, vou me referir, especialmente, às conseqüências do nosso isolamento político e suas soluções, ainda que diretamente omitindo o exame de suas causas, obrigado sobretudo por razões de espaço.

---

(\*) O Coronel HUMBERTO COSTAS ESCOBAR foi Chefe da Casa Militar do Presidente Gualberto Villarroel, Adido Militar junto à Embaixada da Bolívia na Argentina e nomeado Ministro de Obras Públicas, função que não chegou a desempenhar por causa de mudança brusca no Governo do País. Pertenceu à primeira turma que se diplomou em Estado-Maior na Bolívia, tendo feito o curso sob a orientação da Missão Militar Italiana. Atualmente é Diretor da Escola de Estado-Maior de Cochabamba, alta função que desempenha juntamente com a de Professor de Geografia e Geopolítica no mesmo estabelecimento de ensino militar superior.



## REPERCUSSÕES E CONSEQUÊNCIAS

Para compreender bem as sérias projeções deste enclaustramento letal, devemos examinar, antes de tudo, as principais repercussões do problema.

Iniciaremos por assinalar a grave circunstância de ser nossa "mediterraneidade" de caráter mais absoluto que nos outros poucos países mediterrâneos do mundo, pôsto que estes, para se comunicarem com o mar, têm ao menos o alívio de dispor de uma conexão de grande capacidade para o transporte e para economia, como é a artéria fluvial navegável. Por seu turno, a Bolívia, à sua separação geográfica do Oceano Pacífico, tem adicionado o seu isolamento do importante Oceano Atlântico, já que os rios navegáveis que demandam ao Este nos foram privados na bacia do Amazonas, com a apropriação militar do Pôrto Acre pelo Brasil, e, na bacia do Prata, com o retrocesso de nossas fronteiras como resultado da Guerra do Chaco, que nos deixou, apenas, um acesso difícil, estreito e deficiente ao rio Paraguai. Cabe recordar, que desde Pôrto Acre se pode navegar até o Atlântico, passando pelo rio Purus, afluente do Amazonas, enquanto que o rio Madeira e seus principais afluentes na Bolívia estão praticamente interrompidos para navegação em território brasileiro, devido a presença de várias diferenças de nível, chamadas "corredeiras", que obrigam o transbordo por ferrovia e outros meios, como acontece no trecho de Guajará-Mirim a Pôrto Velho. Além disso, as comunicações ferroviárias, rodoviárias ou aéreas são de menor capacidade e pouco econômicas, em comparação com as fluviais. De qualquer maneira, aquelas ou estas são igualmente de caráter precário porque atravessam espaços de soberanias vizinhas e nos podem ser proibidas em qualquer momento, particularmente, em casos de conflito bélico.

Com relação ao desenvolvimento da vida nacional, suas repercussões se manifestam em todos os aspectos. Assim, por exemplo, sob o aspecto econômico, em virtude de ser o mar de vasta significação, especialmente por suas possibilidades como via de transporte econômica e de grande capacidade para as necessidades do intercâmbio comercial, o isolamento geográfico dele representa para a Bolívia, atualmente, um acesso condicional, sujeito a restrições, controles e impostos de diversas ordens, dependendo suas importações e exportações da benevolência de seus vizinhos. Este fato, como é fácil deduzir, se traduz em fator de debilitamento econômico, como um sério obstáculo para a Diversificação Industrial, para a Auto-suficiência e para o crescimento demográfico, tendo em vista que, os países mediterrâneos são pouco atrativos para as grandes correntes de imigração. Tudo isto, além da valiosa perda de riquezas naturais contidas no território litorâneo dominado pelo Chile, que comporta, principalmente, as grandes jazidas de cobre, salitre de enxofre etc., as quais, segundo cálculo do ano de 1923, proporcionaram mais de 4 milhões de pesos, naquela época, elevando seu orçamento anual, que alcançava apenas a 1 milhão e quinhentos mil pesos, antes de 1879, até 360 milhões depois da Guerra do Pacífico. Por isso, o conhecido economista Friedrich Siet assim se expressou: "Aquêle que não participa do mar não tem acesso aos benefícios e riqueza da terra", dizendo por sua vez o escritor americano Carleton Beals: "A Bolívia continua regredindo, indianizada e estrangulada até nossos dias pelo Peru, Chile, Argentina, Brasil, Paraguai, condenada a sofrer uma inferioridade econômica até que se lhe abra um caminho para o mar".

Sob o aspecto social e cultural, sendo o mar um dos principais meios para o intercâmbio entre os povos do globo, a "mediterraneidade" significa para o povo boliviano um fator de isolamento das modernas correntes mundias de civilização e cultura.



Com referência à segurança militar, como o mar é um elemento de Poderio e de Defesa Nacional para um Estado (liberdade de movimentos), a mediterraneidade implica na privação deste importante fator de potencialidade, face à sujeição a controles e à ameaça constante de bloqueio militar por parte dos países litorâneos, o que, para a Bolívia, se traduz em debilidade militar e estratégica.

No âmbito da política, nacional e internacional, o mar é o fator geopolítico mais dinâmico pelo seu múltiplo valor. Daí resulta a sua atração, que tem sido sempre poderosa, especialmente para os Estados mediterrâneos. Em nosso caso particular, o isolamento marítimo, somado à sua imediata consequência, que é uma Posição Geopolítica Central rodeada de Estados vizinhos, quase todos mais poderosos, significa uma tácita sujeição aos países dos quais depende nossa conexão com o mar, obrigando-nos, muitas vezes, à aceitação de tratados contrários aos nossos interesses vitais e que comprometem nossa independência e soberania Política. Confirmam este critério, os conceitos dos tratadistas alemães R. Henning e L. Korholz, que dizem: "O fator geográfico, sem dúvida mais importante, entre os que exercem influência na História Política, é, na atualidade, o mar. A importância da posse de boas costas marítimas, aumentou consideravelmente nos últimos 200 ou 300 anos, chegando, às vezes, a ser o ponto capital em todos os acontecimentos políticos. Na atualidade, separar um Estado do mar, pode ocasionar a expansão violenta do Estado isolado para a costa ou sua absorção pelo Estado litorâneo. Chile e Peru são, desde 1884, como um ferrão na porta da Bolívia para o mar. Esta situação não é natural e poderá, algum dia, motivar novos conflitos.

Por outro lado, para o Peru, nosso aliado na Guerra do Pacífico, as consequências da perda de seu território não exerceram a mesma influência funesta como para a Bolívia, porque, ao ser desapossado somente de uma parte de sua costa meridional, não permaneceu reduzido a uma situação de "mediterraneidade" e, apesar dos resultados desfavoráveis daquele conflito bélico, prosseguiu, depois, com um ritmo crescente em seu progresso e potencialidade geral.

No presente, as tremendas repercussões de nossa clausura vão sendo aliviadas em certos pontos, com as linhas ferroviárias, rodoviárias e de navegação aérea inauguradas, e, há quem opine que este isolamento marítimo está sendo amenizado com esses meios de comunicações, bem como com os novos que se constroem; mas deve ser observado que eles são, inegavelmente antieconômicos em comparação com uma saída própria ou uma conexão fluvial, além de terem caráter precário, tendo em vista que percorrem forçosamente, territórios estrangeiros, antes de chegar ao mar.

No que concerne ao futuro, as repercussões e consequências deste problema se revestem de maior gravidade, pois enquanto nosso progresso nacional será extremamente lento, em face desse isolamento, o dos países vizinhos, debruçados sobre a costa, avançará pelo contrário, aceleradamente, distanciando-se cada vez mais do nosso, o que determinará, em seguida, uma grande diferença de poderio, nada tranquilizador para nossa segurança nacional.

Em resumo, como pôde ser visto, as repercussões e consequências de nossa "mediterraneidade" serão, como tem sido no decorrer do tempo, sumamente graves para a Nação boliviana, e não somente para ela, senão também para todos os Estados americanos, porque a anormal situação geopolítica de um de seus membros, por obra e ação de força injustificada



de um de seus vizinhos, afeta os princípios de unidade e da convivência pacífica sobre a qual quer se estruturar a organização política de nosso continente.

### DIREITOS DA BOLÍVIA AO MAR

Além dos motivos assinalados, seria também óbvio reafirmar os justos e legítimos direitos da Bolívia a uma saída própria para o mar, sob qualquer ponto de vista que se examine. Dentro do Direito Internacional, e, por princípio, está reconhecido o direito de todos os Estados do mundo de possuírem sua própria costa, sendo a "mediterraneidade" considerada uma anormalidade jurídica, por afetar o exercício da plena independência política. Os que estão separados de tão indispensável elemento, se acham restringidos em sua liberdade e, tacitamente, subjugados pelos Estados que lhes obstruem o caminho para o mar.

Po outro lado, esta mutilação territorial constitui uma violação dos princípios da pacífica convivência interamericana, entre os quais se determina o da "não intervenção" e se proclama que "a vitória não dá direito", pelo que, em boa lei, cabe a revisão do Tratado de 1904 com o Chile, que foi redigido sob a pressão do agressor vitorioso.

Sob o ponto de vista da geopolítica, o mar é um dos fatores geográfico mais importante que um Estado necessita, já que a ele tem direito, para sua vida e sobrevivência política, face seu amplo valor nacional e internacional.

Em consequência, a "mediterraneidade" da Bolívia implica numa situação geopolítica anormal e numa autêntica "clausura geopolítica", porque ela se vê privada de satisfazer as necessidades biológicas essenciais para seu pleno desenvolvimento, inclusive o desenvolvimento antropológico, que seria pouco menos que impossível, em sua condição atual de enclaustramento, apesar das vastas e diversas riquezas econômicas potenciais aproveitáveis que possui como base para criação da riqueza antropológica. Em tal, sentido, o mar e as costas que lhe dão acesso têm o significado equivalente a um verdadeiro "espaço vital", interpretado, segundo o conceito de Ratzel, como o "espaço geográfico a que tem direito um Estado para fazer seu povo sobreviver em condições humanas" e de acordo com o enunciado do mesmo: "constitui o mar a fonte de grandeza dos povos".

Além disso, a integração à Bolívia da faixa costeira do Pacífico que lhe corresponde, seria uma complementação natural da grande região andina de nosso território, resultando, ainda como um fator neutralizante dos efeitos geopolíticos negativos de nossa diversidade geográfica, porque facilita a Coesão Territorial e Política Nacional.

### SOLUÇÕES PARA O PROBLEMA

Face às perigosas consequências desta "mediterraneidade", aos imperativos vitais de nosso Estado e aos seus legítimos direitos, expostos anteriormente, resulta, delineada, a necessidade inadiável de buscar uma solução justa; solução reclamada não só por nós, bolivianos, mas também pelo clamor geral dos povos da América e de todo o mundo. Ao lado do nosso reiterado empenho com este objetivo, temos, da mesma maneira, os contínuos requerimentos dos organismos políticos internacionais, com as Nações Unidas e a Organização dos Estados Americanos, aos quais se somam notáveis estadistas, internacionalistas, juristas, geopolíticos e



tratadistas, como Camilo de Vallaux, Carlos Badia Malagrida, Henwig Korholz, etc., inclusive alguns diplomatas peruanos e chilenos e entre eles, por exemplo, o ex-chanceler peruano Melitón Porras que, em certa ocasião, declarou: "Concreta a questão da Tacna e Arica, o Peru veria com satisfação se, em lugar dos ditos territórios continuarem sob a soberania do Chile, passasse o porto de Arica a ser propriedade boliviana", enquanto o ex-chanceler chileno Frederico More, por seu turno dizia: "Para a Bolívia, ter ou não ter porto é questão de vida ou morte. O problema é que tenha soberania política e nacional efetiva no porto do Pacífico. Que a Bolívia tenha ou não é um fato que interessa a todo continente.

Lamentavelmente, certos governantes, políticos e diplomatas chilenos, ofuscados por seu espírito agressivo e prepotente, rechaçaram sistematicamente quantas gestões cordiais trataram de buscar uma solução razoável para o problema, o que duvido muito tenham interpretado o autêntico sentir do povo chileno, talvez alheio às maquinações imperialistas, tramadas pelos responsáveis pela nossa tragédia nacional.

Algumas vezes, para distrair ou desviar a expectativa internacional sobre esta delicada questão, os diplomatas chilenos acrescentaram que o problema portuário da Bolívia somente podia ser discutido de modo direto, entre a Bolívia e o Chile. Em outras circunstâncias, argumentavam que o problema era de caráter americano e que devia ser examinado, quando menos, pelos países limítrofes da Bolívia.

Não faltaram, tampouco, algumas propostas chilenas de acordo, porém, de condições impraticáveis ou de resultados inaceitáveis para nosso país, que variavam entre a cessão de um estreito corredor marítimo e algumas franquias portuárias ou aduaneiras. A cessão do corredor marítimo, segundo uma publicação chilena, consistia, substancialmente, em uma faixa territorial de 7 km de largura, localizada entre a atual fronteira peruano-chilena e a ferrovia que liga Arica a La Paz, sobre uma costa desabrigada e inadequada por sua natureza, para a construção de um porto; e isto, em troca de certos privilégios nas ricas províncias mineiras de Lopez, mais o direito do Chile para, orientando para sua fronteira, aproveitar as águas dos lagos Titicaca, Poopo e Coipaza, bem como dos rios Desaguadero, Mauri, Lanca e outros. Para o Chile, estas compensações significavam, em suas projeções econômicas e financeiras, a possibilidade de transformar o deserto setentrional em uma importante zona agrícola, capaz de render, anualmente, 120 milhões de dólares, somente com a colheita de algodão; o aproveitamento de valiosas fontes de energia hidrelétrica para aplicação em indústrias, como o beneficiamento dos nitratos e minerais da região e, além disso, como um de seus resultados imediatos, a implantação definitiva de uma grande massa povoadora em toda zona costeira. Esta proposta contava com os auspícios de alguns grupos financeiros norte-americanos, e foi vista com particular simpatia e interesse, pelo então Presidente Truman, como recentemente ratificou pela imprensa por motivos da visita que lhe fizera o Prefeito Municipal da cidade de La Paz, em seu giro pela República do Norte.

Não há muito tempo, o Chile outorgou algumas facilidades com relação ao uso do Porto de Arica, provavelmente em face dos oferecimentos e concessões de trânsito portuário da Argentina, do Brasil e do Peru, que poderiam desviar uma boa parte dos carregamentos comerciais bolivianos limitados, em sua maioria, ao trânsito pelos portos chilenos de Arica e Antofagasta.

Sem nenhum embargo, como hoje, ao que parece, existe no ambiente diplomático de nosso continente, o louvável propósito de eliminar os pontos críticos (Puntuns Dolens) das relações interamericanas, como



requisito fundamental para efetivar sua unidade e confraternidade, é necessário acelerar as gestões de uma solução. Com relação à orientação e bases para tal, se bem corresponde estabelecê-las para a nossa diplomacia, não será demais, de minha parte, expor com uma simples opinião pessoal, alguns critérios essenciais que poderiam assim se resumir:

A) Necessidade imprescindível para a Bolívia de ter uma saída própria para o mar.

B) Levando em conta sua posição geográfica centro-ocidental no sul da América, com atração maior, portanto, para o Oceano Pacífico, e, considerando por sua vez, a necessidade de uma comunicação econômica com o Atlântico, se evidencia, para a Bolívia, a seguinte necessidade geopolítica: reobter uma saída própria no Pacífico, complementada com acesso ao Atlântico, mediante a navegação nas bacias do Amazonas e do Prata.

C) No que diz respeito a uma saída própria no Oceano Pacífico, haveriam de ser consideradas as seguintes possíveis soluções:

Primeira — A Solução Histórica ou Reivindicacionista, que se refere à espontânea e pacífica devolução à Bolívia de sua antiga e irredenta possessão marítima, cuja reintegração está profundamente arraigada na consciência de nosso povo.

Esta solução poderia ser obtida por entendimento direto entre a Bolívia e o Chile.

Segunda — A solução geopolítica Integral, que significaria o acesso da Bolívia ao mar, mediante todo arco territorial costeiro, compreendido entre a fronteira do Peru e do Chile pelo norte, e o limite sul da província de Antofagasta pelo sul, ou seja, a prolongação geográfica natural do ocidente boliviano até o Pacífico.

Terceira — Uma solução geopolítica Parcial e de Emergência, que pode consistir na atribuição à Bolívia de um corredor marítimo próprio que reúna, pelo menos, as seguintes condições indispensáveis:

a) Ter dimensões geográficas para o desenvolvimento de suas funções específicas, de suas comunicações e de garantia de sua soberania;

b) Possuir na costa um mínimo de portos de características apropriadas;

c) Comportar em seu interior pelo menos uma linha ferroviária de conexão, entre os portos e o interior do território nacional.

O referido corredor poderia ser localizado, aproximadamente, em coincidência com os limites da atual província chilena de Tarapacá, mais a zona territorial percorrida pelo ramal ferroviário de Ollague a Collaguasi, compreendendo, deste modo, os portos de Arica, de Pisagua e Iquique, a ferrovia Arica — La Paz, o ramal ferroviário Ramaditas — Collaguasi, que prolongado em uns 100 km de linha, permitia unir Illague com os portos de Pisagua e Iquique além das rodovias Arica — La Paz, Iquique — Oruro e Iquique — Ollague — Uyuni. Em último caso, este corredor poderia ser reduzido aos Departamentos de Arica e Pisagua da província citada.

A liberação de uma destas faixas da costa, que correspondem em sua maior parte a territórios ex-peruanos, implicaria, naturalmente, na intervenção diplomática e prévio assentimento peruano, de acordo com o tratado de transferência de territórios de 1929, entre Peru e o Chile.

Em troca das cessões dos países vizinhos, compreendidas nas soluções assinaladas, a Bolívia poderia oferecer, preferentemente, compensações



econômicas (minerais, petróleo, goma, etc.) e certas franquias para o trânsito peruano e chileno nas suas ligações com os países vizinhos da orla atlântica, através do território boliviano o que está em magnífica situação geográfica para este fim.

De ter nosso país êxito, em suas gestões amigáveis para uma pronta e adequada solução para o seu angustioso problema de isolamento marítimo, e, sendo ainda remota a concretização de uma verdadeira Confederação Americana ou Latino-americana, que, automaticamente, daria solução à nossa clausura, não nos sobraria outro caminho senão buscar novas orientações políticas tendentes a obter um "Equilíbrio Potencial" que permita neutralizar as graves conseqüências de seu enclaustramento atual e garantir sua soberania nacional.

### CONCLUSÕES

De um modo ou de outro, o problema de nosso isolamento marítimo exige uma solução realista em curto prazo. Somente assim poderão ser evitadas as funestas conseqüências que nos afetam de forma vital e que ao colocar nosso Estado em condições de um virtual "prisoneiro geopolítico", ferem, também, o espírito da solidariedade americana. A recuperação de uma saída própria para o mar deve ser um dos objetivos primordiais de nossa Política Internacional, e isto não deve ser motivo de admiração nem de oposição por parte de nossos vizinhos do Pacífico; mas, ao contrário, objeto de leal compreensão.

Mais de uma vez, se acreditou existir na rejeitada atitude da diplomacia chilena, e, particularmente, na de alguns de seus membros, como no caso não muito remoto da Guerra do Chaco, o indício de propósitos inconfessáveis, que, segundo muitos se interpreta com o sistemático empenho de asfixiar, aniquilar e inclusive colonizar a Bolívia. Não queria supor fundados tais pressentimentos, mas creio que a melhor forma de dissipá-los é que dêem mostras palpáveis da vontade pacífica do Chile, para solucionar o problema. O contrário seria confirmar aquelas conjecturas nada agradáveis. Menos mal, que há pouco, como um acontecimento moral alentador, ouvimos as declarações do Presidente Ibanez à imprensa boliviana, reconhecendo dois fatos indiscutíveis: Primeiro, a justa aspiração boliviana para sair ao mar; Segundo, a necessidade de solucionar nosso isolamento marítimo. O povo da Bolívia ainda tem fé na solidariedade americana, e para satisfazer suas legítimas aspirações portuárias, espera, com plena confiança, a cooperação dos países irmãos que gozam, hoje, da felicidade do mar, e que, assim, dariam um cabal e evidente conteúdo aos postulados da confraternidade americana constantemente proclamados.

Para nossa diplomacia, constitui de sua parte, dever imperioso prosseguir infatigavelmente as gestões com este objetivo. O conformismo ou a resignação a esta "Clausura Geopolítica" seria admitir, passivamente, nosso lento suicídio nacional. Para os bolivianos em geral, permanecer indiferente ante este problema vital significaria historicamente, não somente fraudar o compromisso de honra com os nossos antepassados, que nos legaram a Pátria íntegra e plena de possibilidades, significaria, também, se considerarem indignos do grande sacrifício de nossos heróis legendários, como Abaroa, "Os Colorados" e tantos outros, que sem vacilar, ofereceram suas vidas nas praias do Pacífico, conscientes de que, ao defender o mar, defendiam o destino da Bolívia.



As grandes divisões topográficas de nosso continente são três:

1º) A CORDILHEIRA ANDINA, com as suas extensas serras, seus picos elevados, suas raras e altas gargantas. Formando duas, três e, às vezes, quatro séries de serras paralelas, essa região abrange, também, grandes planaltos.

2º) As PLANÍCIES CENTRAIS, que, segundo a sua latitude, oferecem aspectos diferentes: LHANOS, no Orenoco; SELVAS, da Amazônia, e PAMPAS, das regiões platinas.

3º) As ALTURAS ARQUEANAS ORIENTAIS, constituindo dois maciços principais: o MACIÇO BRASILEIRO, formado de um vastíssimo planalto erodido, com orla mais alta na vertente oceânica, e o MACIÇO DAS GUIANAS, planalto achatado e isolado entre os lhanos e as selvas.

Esta disposição, tripartida da América do Sul, é uma das mais interessantes analogias que apresenta o estudo da geografia comparada, pois é a repetição quase exata das feições estruturais da América do Norte. No continente setentrional temos, igualmente, uma série de cordilheiras ocidentais, mais elevadas e mais recentes de formação, mais vizinhas do litoral do Pacífico, abrangendo grandes planaltos. As planícies centrais, percorridas por rios divergentes, o Amazonas, para NE, e o Paraguai-Paraná, para o sul, correspondem, na América do Norte, as planícies centrais do S. Lourenço, que corre para NE, e do Missouri-Mississipi, para o sul. A leste, as alturas arqueanas repetem-se também.

Mas às analogias, a geografia comparada opõe os contrastes: o grande triângulo regular da América do Sul é essencialmente tropical, enquanto o grande triângulo irregular da América do Norte é essencialmente temperado e frio. As altitudes, a constituição geológica, a latitude e a vegetação formam o continente setentrional de mais fácil acesso e de mais imediata exploração do que o continente meridional. Se as contingências históricas dos séculos das descobertas e primeiras colonizações tivessem sido outras, o desenvolvimento do continente acessível teria sido idêntico entre as mãos dos ibéricos e, hoje, falar-se-ia, com a mesma arrogância filosófica das "razões de superioridade dos latinos". Os anglo-saxônios têm excepcionais qualidades que a sociologia imparcial lhes reconhece, mas nem por isso têm eles apresentado nas suas colônias tropicais resultados superiores aos que nós, latinos, obtivemos num continente rico e farto, cuja fartura e riqueza constituem os primeiros obstáculos. É sobre este prisma de imparcialidade científica que devemos encarar o desigual desenvolvimento material dos dois continentes, segundo nos parecerá expresso na geografia econômica.

DELGADO DE CARVALHO

("Geografia Econômica da América do Sul")